

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

EDITAL

OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, conforme especificações constantes do Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

Observações:

- Abertura da sessão pública dia 21/01/2019 – às 09:00 horas
- Site para retirada do edital: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.antt.gov.br
- Esclarecimentos: pelo e-mail comissao.especial@antt.gov.br
- Referência de tempo: horário de Brasília
- Cópias do Edital e do respectivo aviso se encontram à disposição de qualquer pessoa para consulta na ANTT, no seguinte endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF – CEP 70.200-003.
- Os licitantes deverão, obrigatoriamente, acompanhar o site da ANTT no intuito de conhecer eventuais alterações e esclarecimentos publicados.
- Todos os esclarecimentos aos questionamentos realizados, por quaisquer meios de comunicação, serão publicados diretamente no site da ANTT.
- Todos os prazos deste certame serão regidos pela Lei nº 8.666/1993.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 09, de 11 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de janeiro de 2018, sediada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Brasília – DF, CEP 70.200-003, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

1.1. Até às 09:00 horas, do dia 21 de janeiro de 2019, no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, 1º Subsolo, Sala Multiuso, Brasília – DF – CEP 70.200-003, para entrega dos Envelopes n. **01**, com os documentos de habilitação, nº **02**, com a Proposta Técnica, e n. **03**, com a Proposta de Preços, além das declarações complementares.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. Às 14:00 horas, do dia 21 de janeiro de 2019, no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, 1º Subsolo, Sala Multiuso, Brasília – DF – CEP 70.200-003, terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à Habilitação, Proposta Técnica e à Proposta de Preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

<p>ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES CONCORRÊNCIA Nº 01/2018 LOTE XX (RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE) CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX</p>

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

LOTE XX

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

ENVELOPE Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

LOTE XX

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

2.3. O envelope nº 1 – Documentação de Habilitação será entregue uma única vez, independentemente do número de lotes aos quais o licitante esteja pretendendo concorrer.

2.4. Na etiqueta do envelope nº 1 deverão ser informados todos os lotes pretendidos pelo licitante.

2.5. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação, proposta técnica e as propostas de preços, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os três envelopes acima mencionados, além das declarações complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do prazo estabelecido no item 1 deste Edital.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LOTE	UF	ETAPA	RODOVIA / CONCESSÃO	TRECHO	EXTENSÃO (KM)	
					TRECHO	TOTAL
1	RJ/SP	1ª Etapa	BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA)	Divisa RJ/SP - São Paulo	402,0	1,125,2
	SP/PR	2ª Etapa	BR-116/SP/PR (RÉGIS BITTENCOURT)	São Paulo - Divisa SP/PR	401,6	
	SP	2ª Etapa	BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	321,6	
2	MG/RJ	1ª Etapa	BR-040/MG/RJ (CONCER)	Rio de Janeiro - Divisa RJ/MG	179,9	856,1
	RJ	1ª Etapa	BR-116/RJ (CRT)	Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba	142,5	
	RJ	2ª Etapa	BR-101/RJ (FLUMINENSE)	Ponte Rio-Niterói - Divisa RJ/ES	320,1	
	RJ	2ª Etapa	BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Divisa MG/RJ - Entrª Via Dutra	200,4	
	RJ	3ª Etapa	BR-101/RJ (ECOPONTE)	Ponte Pres. Costa e Silva	13,2	
3	MG/SP	2ª Etapa	BR-381/MG/SP (FERNÃO DIAS)	Belo Horizonte - Divisa MG/SP	562,1	2.675,4
	DF/GO /MG	3ª Etapa	BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA)	Divisa GO/MG - Divisa MG/SP	1.176,5	
	DF/GO /MG	3ª Etapa	BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	Divisa GO/MG - Juiz de Fora	936,8	
4	RS	1ª Etapa	BR-116/293/RS (ECOSUL)	Pólo de Pelotas	457,3	930,7
	RS	4ª Etapa	BR-101/290/386/448/RS (RIS)	Torres - Osório - Cachoeirinha - Carazinho	473,4	
5	PR/SC	2ª Etapa	BR-116/PR/SC (PLANALTO SUL)	Curitiba - Divisa SC/RS	412,7	818,6
	PR/SC	2ª Etapa	BR-376/PR - BR-101/SC (LITORAL SUL)	Curitiba - Palhoça	405,9	
6	BA	2ª Etapa	BR-116/324/526/528/BA (VIA BAHIA)	Divisa MG/BA - Salvador - Acesso a Aratú	680,6	1.156,5
	ES	3ª Etapa	BR-101/ES (ECO101)	Entrª BA-698 (Acesso Mucuri) - Divisa ES/RJ	475,9	
7	GO/M G	3ª Etapa	BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS)	Cristalina/GO - Divisa GO/MG	436,6	2.134,7
	MS	3ª Etapa	BR-163/MS (MS VIA)	Divisa MS/PR a Divisa MS/MT	847,2	
	MT	3ª Etapa	BR-163/MT (CRO)	Divisa MS/MT - Entrª MT-220	850,9	

4.2. A licitação será dividida em 07 (sete) lotes, conforme tabela constante acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: 0250392500

Programa de Trabalho: 139899

Elemento de Despesa: 339039-05

PI: MT01220

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, limitada ao máximo de 3 (três) empresas, para as quais deverão ser observadas as seguintes condições:

6.2.1. deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no Edital, no qual deverá constar, além do percentual de participação de cada empresa consorciada, outras informações exigidas em Lei, tais como o nome do Consórcio, a licitação que lhe deu a origem, a duração e o endereço do Consórcio, as obrigações e as responsabilidades a serem assumidas pelo futuro Consórcio (e as relativas a cada uma das consorciadas), a forma de administração do consórcio e do recebimento de receitas e partilha dos resultados e o modo de deliberação dos interesses comuns (Lei nº 6.404/76, art. 279);

6.2.2. apresentação dos documentos exigidos no item 7 deste Edital por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

6.2.3. impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

6.2.4. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.3. As empresas/consórcios de empresas poderão concorrer a um ou mais Lotes, porém somente será adjudicado um Lote para cada empresa/consórcio de empresas.

6.3.1. Caso a licitante sagre-se vencedora em mais de um Lote, a ela será adjudicado aquele que for mais vantajoso para o órgão licitante.

6.4. Não poderão participar desta licitação:

6.4.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a ANTT, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

6.4.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, salvo o disposto nos subitens 7.3.4.1.1 e 7.3.4.1.2 deste Edital;

6.4.5. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.4.6. Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.4.7. Servidor ou dirigente da ANTT;

6.4.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, bem como entidades não credenciadas no referido sistema.

7.2. Para a habilitação regulamentada na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2.1 O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica e da regularidade fiscal federal por meio de consulta "on line".

7.2.2 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta "on line".

7.2.3 Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

7.3. Relativamente à documentação não constante no SICAF, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação, no envelope nº **01**:

7.3.1 Habilitação jurídica:

7.3.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.1.2 Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.1.3 Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.3.1.5 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.1.7 Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

7.3.2 Regularidades fiscal e trabalhista:

7.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.2.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.3.2.7 caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.2.8 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.3 Qualificação Técnica. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

7.3.3.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);

7.3.3.2 Qualificação Técnica-Operacional – Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que evidenciem a participação efetiva da empresa nas atividades previstas listadas abaixo, com características compatíveis com o objetivo da presente licitação.

Assessoramento e/ou Apoio a Poder Concedente / Órgão Regulador e Fiscalizador na Supervisão e/ou Fiscalização e/ou Gerenciamento Obras de Infraestrutura e Operação Rodoviária .

7.3.3.3 Qualificação Técnica-Profissional – Comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, por execução de obra ou serviço de características semelhante, configurado:

Assessoramento e/ou Apoio a Poder Concedente / Órgão Regulador e/ou Administrador na Supervisão e/ou Fiscalização e/ou Gerenciamento Obras de Infraestrutura e Operação Rodoviária .

7.3.3.3.1 O vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) ou profissional(is) pertencente(s) ao quadro permanente da empresa, na data da apresentação da proposta, deverá ser confirmado por meio de apresentação de cópia do contrato social ou da ata da assembleia que tenha investido o dirigente da PROPONENTE no cargo ou, se for o caso, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Ficha de Registro de Empregado, ou cópia do contrato de trabalho ou cópia do contrato de prestação de serviços entre a PROPONENTE e o profissional autônomo. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

7.3.3.3.2 Declaração(ções) individual(is), por escrito do(s) Profissional(ais) apresentados para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica como responsável técnico, e que irá participar na execução dos trabalhos.

7.3.3.4 Na fase inicial de habilitação a documentação referente à habilitação técnica será avaliada de forma qualitativa, ou seja, de aderência ao requerido no item 7.3.3. A análise quantitativa, para fins de definição de classificação dos licitantes é escopo integrante do conteúdo do ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA.

7.3.3.5 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

7.3.3.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.3.3.7 Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressa nos § 1º e 3º, do artigo 30 da Lei de Licitações.

7.3.3.8 Quando a certidão e/ ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntado à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

7.3.3.8.1 declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

7.3.3.8.2 autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se esta emitido o atestado;

7.3.3.8.3 contrato firmado entre o contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.

7.3.3.8.4 a não apresentação de documentação comprobatória prevista nas alíneas 7.3.3.8.1 a 7.3.3.8.3 não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela Comissão. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame;

7.3.3.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.3.4 Qualificação econômico-financeira:

7.3.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

7.3.4.1.1 Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a Comissão de Licitação exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação;

7.3.4.1.2 A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste Edital

7.3.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4.3 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.4.4 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.4.5 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line”, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.3.4.6 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do lote pertinente.

7.3.5 Na fase de habilitação deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados as declarações constantes dos itens: 10.1.2.1 – todos os licitantes; e 10.1.2.2 – facultativa conforme explicitado no item 10.1.2.2.1.

7.4. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.4.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo previsto no Anexo VIII deste Edital;

7.5. Termo de compromisso de execução dos serviços e de cessão de direitos autorais patrimoniais, conforme anexo IV deste Edital;

7.6. Declaração expressa da proponente (no caso de consórcio de cada uma das consorciadas), sob as penas da Lei de que, na data da assinatura do CONTRATO, não detém contrato em vigor ou está prestando serviços de qualquer natureza às Concessionárias dos trechos rodoviários correspondentes aos lotes a que estão concorrendo, e de que permanecera nesta condição até final do contrato;

7.7. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. DA PROPOSTA TÉCNICA

8.1. A proposta técnica, apresentada no envelope nº **02**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter os elementos previstos no Anexo "I-A" do Projeto Básico.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços, apresentada no envelope nº **03**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1. a razão social e CNPJ da empresa licitante;

9.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.3. O valor total da proposta para cada lote que participar, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

9.1.4. A Planilha de Preços, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

9.1.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.1.4.2. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

9.1.4.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.1.4.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.1.5. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual.

9.1.5.1. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

9.1.5.2. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

9.1.5.3. licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.1.5.4. as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

9.1.5.5. a composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.1.5.6. será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

9.1.6. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme modelo constante no Anexo "I-B" do Projeto Básico.

9.2. O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua entrega.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº **01**, nº **02** e nº **03**, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.1.2 As declarações complementares deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

10.1.2.1 Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09, conforme modelo previsto no Anexo X deste Edital.

10.1.2.1.1A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a desclassificação da proposta.

10.1.2.2 Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006, conforme modelo previsto no Anexo IX deste Edital.

10.1.2.2.1A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

10.1.2.2.2A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação proposta técnica ou proposta de preços apresentadas.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.10 conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.4.1 SICAF;

10.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.4.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.4.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6.1 Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.6.2 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta Técnica e nº 03 Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.7. Ao licitante inabilitado será devolvido os respectivos Envelopes nº 02 e nº 03, sem serem abertos, depois de transcorrido o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta Técnica dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.8.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta Técnica – e nº 03 – Proposta de Preços - serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.8.2 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas técnicas ou de preços, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.9. As propostas técnicas dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme critérios previstos no Anexo “I-A” do Projeto Básico.

10.9.1 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar as Propostas Técnicas, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

10.10. Será desclassificado o licitante que não atingir a pontuação mínima estabelecida no Anexo “I-A” do Projeto Básico.

10.11. Ao licitante que tiver sua Proposta Técnica desclassificada será devolvido o respectivo Envelope nº 03, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.12. Após a análise das Propostas Técnicas, os Envelopes nº 03 - Proposta de Preços dos licitantes classificados serão abertos em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.13. As Propostas de Preços dos licitantes habilitados e classificados na fase anterior serão então julgadas, conforme critérios previstos no Anexo “I-A” do Projeto Básico.

10.14. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Especial de Licitação poderá fixar o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.15. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.16. Será considerado inabilitado o licitante que:

10.16.1 Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte.

10.16.2 Incluir a Proposta Técnica ou a Proposta de Preços no Envelope nº 01.

10.17. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.18. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.19. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério de julgamento será o de “**TÉCNICA E PREÇO**”, por LOTE.

11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5. As propostas serão classificadas em ordem decrescente do resultado da ponderação entre a técnica e o preço.

11.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas e/ou empresas de pequeno porte, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.6.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 1 (um) dia, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.6.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9. Após a análise das Propostas de Preços, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso, será calculada a Nota Final na licitação, ponderada entre os fatores “técnica” e “preço”, conforme os critérios previstos no Anexo “I-A” do Projeto Básico.

11.10. Será declarado vencedor o licitante que obtiver a maior Nota Final na licitação, ponderada entre os fatores “técnica” e “preço”.

11.11. Havendo empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.11.1 produzidos no País;

11.11.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.11.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.12. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.13. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.14. Será desclassificada a proposta que:

11.14.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.14.2 conter vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.14.3 não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

11.14.4 conter oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

11.14.5 não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo a este edital.

11.14.6 Apresentar, na composição de seus preços:

11.14.6.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

11.14.6.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

11.14.6.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

11.14.7 Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

11.14.7.1 Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

(a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

(b) Valor orçado pela Administração.

11.14.7.2 Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.15. Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

11.15.1 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.16. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.17.Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.18.Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.19.Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.20.A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.21.O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4. Os recursos deverão ser entregues no Protocolo da ANTT, endereçado à Comissão Especial de Licitação, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF – CEP 70.200-003.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade competente, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

13.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

13.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

13.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.12. Será considerada extinta a garantia:

13.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.12.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a CONTRATANTE para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. Se o adjudicatário, no ato de assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes

15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Projeto Básico.

18. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

18.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.3. Indenizações e multas.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

19.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

19.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro entregue e aos materiais empregados.

19.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

19.5.1. não produziu os resultados acordados;

19.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

19.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.14.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/365) = [(6/100)/365]$, onde

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 o licitante/adjudicatário que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

20.2.2. multa moratória de até 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;

20.2.2.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão considerados independentes entre si;

20.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ANTT, pelo prazo de até dois anos;

20.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

20.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções cabíveis.

20.4. A recusa injustificada do licitante/adjudicatário em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

20.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

20.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.9.1 Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

21.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF – CEP 70.200-003.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

22.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

22.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.antt.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.15.1. Anexo I Projeto Básico;

- a) Anexo I-A: Critérios de Julgamentos e Pontuação das Propostas Técnicas e Propostas de Preço;
- b) Anexo I-B: Cronograma Físico-Financeiro;

22.15.2. Anexo II Modelo da Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

- a) Anexo II-A: Resumo dos Relatórios de Supervisão Anual;
- b) Anexo II-B: Custos Gerenciais Indiretos;
- c) Anexo II-C: Composição dos Custos dos Relatórios;

22.15.3. Anexo III Modelo da Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;

- 22.15.4. Anexo IV Modelo do Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais;
- 22.15.5. Anexo V Modelo do Quadro de Pessoal Técnico Qualificado;
- 22.15.6. Anexo VI Quadros para a Proposta Técnica;
- 22.15.7. Anexo VII Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo;
- 22.15.8. Anexo VIII Declaração de Não Uso de Trabalho de Menor;
- 22.15.9. Anexo IX Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- 22.15.10. Anexo X Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 22.15.11. Anexo XI Minuta de Termo de Contrato.

Brasília, 03 de dezembro de 2018

LUCIANO ESTEVE FERREIRA ASSIS
Presidente da Comissão Especial de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo nº 50500.452517/2016-93

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, conforme especificações constantes deste Projeto Básico.

1.2. Orçamentos Estimados dos Lotes – *Data-base: jun/2018*

1.1.1 LOTE: 01 – Orçamento estimado para o Lote 01 é de R\$ 5.450.438,35 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).

1.1.2 LOTE: 02 – Orçamento estimado para o Lote 02 é de R\$ 4.287.696,73 (quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos).

1.1.3 LOTE: 03 – Orçamento estimado para o Lote 03 é de R\$ 10.912.589,95 (dez milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

1.1.4 LOTE: 04 – Orçamento estimado para o Lote 04 é de R\$ 4.396.675,35 (quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

1.1.5 LOTE: 05 – Orçamento estimado para o Lote 05 é de R\$ 4.181.330,11 (quatro milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e trinta reais e onze centavos).

1.1.6 LOTE: 06 – Orçamento estimado o Lote 06 é de R\$ 4.921.867,39 (quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).

1.1.7 LOTE: 07 – Orçamento estimado para o Lote 07 é de R\$ 7.859.739,48 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos).

LOTE	UF	ETAPA	RODOVIA / CONCESSÃO	TRECHO	EXTENSÃO (KM)	
					TRECHO	TOTAL
1	RJ/SP	1ª Etapa	BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA)	Divisa RJ/SP - São Paulo	402,0	1,125,2
	SP/PR	2ª Etapa	BR-116/SP/PR (RÉGIS BITTENCOURT)	São Paulo - Divisa SP/PR	401,6	
	SP	2ª Etapa	BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)	Divisa MG/SP - Divisa SP/PR	321,6	
2	RJ/MG	1ª Etapa	BR-040/MG/RJ (CONCER)	Rio de Janeiro - Divisa RJ/MG	179,9	856,1
	RJ	1ª Etapa	BR-116/RJ (CRT)	Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba	142,5	
	RJ	2ª Etapa	BR-101/RJ (FLUMINENSE)	Ponte Rio-Niterói - Divisa RJ/ES	320,1	
	RJ	2ª Etapa	BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Divisa MG/RJ - Entrº Via Dutra	200,4	
	RJ	3ª Etapa	BR-101/RJ (ECOPONTE)	Ponte Pres. Costa e Silva	13,2	
3	MG/SP	2ª Etapa	BR-381/MG/SP (FERNÃO DIAS)	Belo Horizonte - Divisa MG/SP	562,1	2.675,4
	DF/GO/MG	3ª Etapa	BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA)	Divisa GO/MG - Divisa MG/SP	1.176,5	
	DF/GO/MG	3ª Etapa	BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	Divisa GO/MG - Juiz de Fora	936,8	
4	RS	1ª Etapa	BR-116/293/RS (ECOSUL)	Pólo de Pelotas	457,3	930,7
	RS	4ª Etapa	BR-101/290/386/448/RS (RIS)	Torres - Osório - Cachoeirinha - Carazinho	473,4	
5	PR/SC	2ª Etapa	BR-116/PR/SC (PLANALTO SUL)	Curitiba - Divisa SC/RS	412,7	818,6
	PR/SC	2ª Etapa	BR-376/PR - BR-101/SC (LITORAL SUL)	Curitiba - Palhoça	405,9	
6	BA	2ª Etapa	BR-116/324/526/528/BA (VIA BAHIA)	Divisa MG/BA - Salvador - Acesso a Aratú	680,6	1.156,5
	ES	3ª Etapa	BR-101/ES (ECO101)	Entrº BA-698 (Acesso Mucuri) - Divisa ES/RJ	475,9	
7	GO/MG	3ª Etapa	BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS)	Cristalina/GO - Divisa GO/MG	436,6	2.134,7
	MS	3ª Etapa	BR-163/MS (MS VIA)	Divisa MS/PR a Divisa MS/MT	847,2	
	MT	3ª Etapa	BR-163/MT (CRO)	Divisa MS/MT - Entrº MT-220	850,9	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, é entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes, vinculada ao Ministério dos Transportes, com a qualidade de órgão regulador da atividade de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e da atividade de prestação de serviços de transporte terrestre, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais.

2.2. Regulamentada por meio da Resolução nº 3.000, de 20 de janeiro de 2009, e suas alterações, apresenta seguinte estrutura organizacional:

I – Diretoria Colegiada;

- a) Auditoria Interna, a qual estão vinculadas a Gerência de Controle de Atividades da Auditoria Interna, e a Gerência de Sistematização de informações dos órgãos de Controle do Governo Federal;
- b) Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação;
- c) Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da ANTT; e
- d) Assessoria de Diretoria, para cada Diretoria.

II – Diretoria-Geral, à qual estão vinculados:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Gabinete do Diretor-Geral, ao qual estão vinculados:
 - 1. o Centro de Documentação;
 - 2. a Assessoria de Comunicação Social; e
 - 3. a Assessoria de Relações Parlamentares.
- c) Procuradoria Federal junto à ANTT;
- d) Ouvidoria;
- e) Corregedoria;
- f) Assessoria Técnica para o Transporte Internacional de Cargas e Passageiros;
- g) Superintendência de Governança Regulatória, à qual estão vinculadas:
 - 1. a Gerência de Política Regulatória e Regulação Econômica; e
 - 2. a Gerência de Defesa da Concorrência e Monitoramento do Mercado.
- h) Superintendência Executiva, à qual estão vinculadas:
 - 1. a Gerência de Articulação Institucional; e
 - 2. a Gerência de Relacionamento Internacional e com o Mercado.
- i) Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros, à qual estão vinculadas:
 - 1. a Gerência de Habilitação de Transporte de Passageiros e Gestão do Fretamento;
 - 2. a Gerência de Transporte de Passageiros Permissionado e Ferroviário;
 - 3. a Gerência de Transporte Regular de Passageiros Autorizado;

4. a Gerência de Estudos, Acompanhamento e Avaliação do Mercado; e
 5. a Gerência de Regulação e Análise Processual.
- j) Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviços;
 2. a Gerência de Regulação e Outorgas Ferroviárias;
 3. a Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira; e
 4. a Gerência de Projetos Ferroviários.
- k) Superintendência de Fiscalização, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Inteligência e Planejamento de Fiscalização;
 2. a Gerência de Fiscalização; e
 3. a Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio às JARIs.
- l) Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Gestão Econômico-Financeira de Rodovias;
 2. a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias;
 3. a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias; e
 4. a Gerência de Regulação e Outorgas de Rodovias.
- m) Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Registro e Acompanhamento do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas; e
 2. a Gerência de Regulação do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas.
- n) Superintendência de Tecnologia da Informação, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Infraestrutura Tecnológica; e
 2. a Gerência de Governança e de Sistemas de Informação.
- o) Superintendência de Gestão, à qual estão vinculadas:
1. a Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;
 2. a Gerência de Recursos Logísticos;
 3. a Gerência de Gestão de Pessoas;
 4. a Gerência de Licitações e Contratos; e
 5. as Unidades Regionais.
- p) Comissões de Outorga.

2.3. A ANTT administra atualmente 20 concessões de rodovias, totalizando 9.344,8 km, sendo quatro concessões contratadas pelo Ministério dos Transportes, entre 1994 e 1997, uma pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, com posterior Convênio de Delegação das Rodovias denunciado e o contrato sub-rogado à União em 2000, oito concessões referentes à segunda etapa - fases I (2008) e II (2009), uma concessão referente à terceira etapa – fase II (2013), seis concessões que são partes integrantes do Programa de Investimentos em Logística, pertencente à terceira

etapa – fase III (2013 e 2014) e, por fim, a Ponte Rio-Niterói, cuja nova concessão teve início em 2015.

2.4. Portanto são quase 10 mil km de rodovias, resultando apenas no ano de 2015, mais de 500 obras que totalizaram mais de 3 bilhões em investimentos. Compete regimentalmente à SUINF a regulação, gestão, controle operacional e fiscalização das obras e serviços prestados pelas concessionárias de rodovias.

2.5. Verifica-se, assim, que ANTT, por meio da Superintendência de Exploração de Infraestrutura de Rodovias - SUINF tem a responsabilidade de gerir e controlar as obras dos contratos de Concessões e demais investimentos previstos nos mais diversos programas do governo federal, em especial no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), desta forma, necessita possuir capacidade técnica e estrutura administrativa à altura da grande importância a eles destinada, o que, a cada inclusão de obra, e novas concessões amplia essa necessidade.

2.6. Empreendimentos de grande monta demandam reforço significativo nas estruturas técnicas e de gerenciamento da ANTT, especialmente na fiscalização que ocorre nas unidades regionais, com foco permanente e exclusivo em sua execução, dirimindo possíveis entraves na sua concepção e desenvolvimento.

2.7. De acordo com a Lei nº 10.871/2004, os servidores da ANTT, sejam aqueles pertencentes ao cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, sejam aqueles pertencentes ao cargo de Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, possuem entre suas atribuições:

“Art. 3º São atribuições comuns dos cargos referidos nos incisos I a XVI, XIX e XX do art. 1º desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

I - fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulador;
“

2.8. A fiscalização é realizada, portanto, por Especialistas em Regulação e Técnicos em Regulação. Os servidores estão lotados na sede da ANTT e também nas unidades regionais. A ação de fiscalização é dividida entre inspeções em campo e análises documentais.

2.9. Em casos de indícios de descumprimentos do contrato ou de resoluções, os agentes fiscalizadores, sempre servidores públicos, notificam as concessionárias e, posteriormente, essas notificações podem gerar diversas sanções previstas contratualmente como advertências, multas e até a proposição de abertura de processos de caducidade.

2.10. Ocorre que para fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, há a necessidade de o fiscal da ANTT valer-se do conhecimento de diversas áreas da engenharia civil, como geotecnia, engenharia estrutural, hidrologia, engenharia de tráfego, engenharia de segurança viária, engenharia de pavimentos, etc.

2.11. Mesmo com o alto nível do corpo técnico de servidores, o modelo de avaliação por cumprimento de parâmetros de desempenho obriga a um refinamento nas ações para evitar decisões equivocadas, e o detalhamento depende de apoio especializado.

2.12. Desta maneira, o Termo de Referência proposto pela SUINF foi elaborado com o objetivo de suprir a necessidade de apoio na avaliação dos aspectos técnicos de engenharia, considerando todas as obrigações contratuais referentes aos parâmetros de qualidade dos elementos físicos dos sistemas rodoviários e dos procedimentos executivos para a perfeita operação rodoviária.

2.13. A função das empresas será, deste modo, tão somente, de apresentar relatórios técnicos que subsidiarão as decisões dos Fiscais, servidores de carreira da ANTT.

Convém ressaltar que tais relatórios possuem um grau elevado de complexidade técnica, sendo essencial o apoio em tal avaliação.

2.14. As atribuições exclusivas dos servidores estarão preservadas, como a emissão de autos de infração, determinação de prazos para a correção das inconformidades e demais aspectos da fiscalização dos contratos de concessão.

2.15. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu nos últimos anos diversas recomendações e determinações no sentido de ser necessário aprimorar o monitoramento dos contratos de concessão por parte desta agência de regulação, corrigindo eventuais falhas nos sistemas de fiscalização e de acompanhamento, aperfeiçoando assim a observação, a mensuração e o controle das atividades reguladas. Para tanto é necessária a eficiente supervisão e fiscalização das obras, serviços e operação das Rodovias Federais Concedidas.

2.16. Os novos contratos de apoio à supervisão dos trechos de rodovias federais concedidas serão de extrema valia para que os serviços sejam executados de maneira a garantir os parâmetros de desempenho previstos, bem como a observância das normas técnicas e ao previsto em projeto. Desta lida evitam-se, com a supervisão, atrasos, retrabalhos, pleitos desnecessários de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de alterações, além do cumprimento dos padrões de segurança na execução do empreendimento.

2.17. Do exposto, o produto final esperado, com desenvolvimento dos serviços aqui descritos, será a melhor gestão, fiscalização, acompanhamento e controle dos contratos de concessão rodoviária sob responsabilidade da ANTT, dentro das metas, prazos e qualidade estabelecidos.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os trabalhos, objeto deste Projeto Básico, compreendem a execução de serviços técnicos especializados, de caráter subsidiário e temporário em atividades meio no âmbito da ANTT, para a supervisão dos trechos em questão, objetivando acompanhar os trabalhos da CONCESSIONÁRIA inerentes à operacionalização da Concessão, desenvolvendo as atividades sob orientação e conforme diretrizes da ANTT.

3.2. Os componentes da equipe técnica da consultora não poderão aprovar, autorizar, designar, nomear, decidir, despachar, ou exercer atribuições de servidor público, bem como aquelas definidas na Lei 8.112, de 11/12/1990, devendo limitar-se a exercer atividades previstas neste Termo de Referência.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A divisão em lotes busca propiciar uma maior competitividade entre os participantes, evitando concentração em uma única empresa e permitindo a busca de uma melhor relação custo/benefício entre as propostas. Esta divisão encontra respaldo na lei 8.666/1993, em seu Artigo 23:

“Art. 23, § 7o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

4.2. Os serviços de apoio ora demandados deverão se traduzir na realização das seguintes atividades de:

- a) Apoio na Análise da Monitoração (pavimento, sinalização horizontal, sinalização vertical, obras de arte especiais, terraplenos e estruturas de contenção); e
- b) Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras;

4.3. Por meio dos Memorandos nº 255/2014/COINF-MG/SUINF, nº 262/2014/COINF-MG/SUINF, nº 292/2014/COINF/URRS/ANTT, nº 340/2014/COINF-URSP e nº 106/2016/COINF-URSP/SUINF, as COINFs se manifestaram a respeito da necessidade, com as respectivas justificativas, de contratação de serviços para apoiar as atividades de competência daquelas Coordenações.

4.4. A contratação trata de apoio técnico e operacional, de produtos específicos e auxiliares às atividades de fiscalização e controle, como levantamentos de dados e apoio a análises preliminares necessárias, constituindo-se de atividades materiais de suporte à área de competência legal da SUINF.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade da ANTT, especificamente referente às concessões detalhadas no item 1.2 deste Projeto Básico.

4.7. As rodovias concedidas sob a responsabilidade da ANTT estão devidamente caracterizadas nos respectivos Editais de Licitação, especialmente em seus Contratos e Programas de Exploração das Rodovias – PER, que contém, também, os Parâmetros de Desempenho exigidos. Tais documentos se encontram disponibilizados no site da ANTT – <http://www.antt.gov.br/rodovias/index.html>.

4.8. A coordenação da prestação dos serviços descritos no **item 4.2** acima será exercida por profissional da licitante vencedora que, para efeito deste Projeto Básico, será designado sob a denominação “Coordenador Geral”, cujas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas, orientar sua execução e registrar todos os fatos pertinentes à execução dos serviços em Relatórios de Atividades, conforme descrito no **item 4.2** deste Projeto Básico.

4.9. O Coordenador Geral será o responsável direto pela elaboração dos relatórios e da realização de tratativas com os representantes da Administração e dever

4.9.1. A responsabilidade civil do Coordenador Geral abrangerá:

- I. Responsabilidade por danos causados a vizinhos e terceiros; e
- II. Responsabilidade pelos documentos técnicos constantes dos relatórios apresentados à Administração.

4.10. Os coordenadores deverão estar presentes no escritório de obra/fiscalização e comparecer ao local de execução/fiscalização/ocorrência dos serviços e de entrega dos relatórios sempre que requisitado pelo Fiscal do Contrato, ou pelo Coordenador de Infraestrutura ou pelo Superintendente de Exploração de Infraestrutura, ou de acordo com a necessidade das atividades.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Os serviços serão remunerados, exclusivamente pelos produtos entregues, na forma de relatórios. O relatório entregue é o instrumento final de aferição para pagamento, entretanto esse corresponde a uma série de atividades que deverão ser realizadas pela licitante vencedora de forma a atender as exigências deste

edital.

A licitante vencedora deverá, por intermédio do Coordenador, conforme cronograma da Contratante, elaborar os Relatórios conforme estabelecido neste Projeto Básico.

Esses Relatórios deverão conter o cronograma dos trabalhos em função do cronograma determinado pela Coordenação de Infraestrutura Rodoviária – COINF, ou por seus representantes, com a indicação dos serviços previstos e executados. A elaboração dos produtos deverá ser realizada por equipe especializada e deverá ser apresentado por meio de Relatórios, conforme escopo mínimo estabelecido nos próximos subitens.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.1 Relatório de Apoio na Análise da Monitoração

Deverá ser apresentado, em todos os Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração de cada elemento da rodovia descrito, relatório fotográfico das auditorias e das vistorias realizadas, contendo descrição, localização e data para cada fotografia.

Para a coleta das informações e análises descritas no Projeto Básico, deverão ser realizadas vistorias na Rodovia, conforme indicado nos próximos itens.

A licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.

Os Relatórios de Apoio na Análise deverão ser apresentados em 1 (uma) via impressa e em meio eletrônico, podendo ser entregue de forma fracionada, considerando os marcos temporais de cada Concessão que compõe o Lote, em até 60 dias (itens A, B, C, D e E, do quadro “Resumo do Contrato de Supervisão”) e 30 dias (item F do quadro “Resumo do Contrato de Supervisão”), após demanda da ANTT, e deverão conter, no mínimo, as seguintes avaliações:

5.1.1. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento

5.1.1.1 O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento englobará o apoio na análise dos Relatórios de Monitoração, apresentados pelas Concessionárias, de apoio na avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento (IRI, TR, Resistência à derrapagem, macrotextura), de apoio na avaliação da deflexão característica e de apoio na avaliação das condições do pavimento rígido (levantamentos de defeitos e cálculo do ICP).

5.1.1.2 O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento deverá conter, no mínimo:

- a) Apoio na análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
- c) Apoio na análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de

manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição da obra ou serviço, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção;

- d) Apoio na avaliação do Pavimento: Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.

5.1.1.3 Em relação ao apoio na avaliação do pavimento (Auditoria), deverá ser apresentada, no Relatório de apoio na Análise, a avaliação prospectiva das condições funcionais e estruturais dos pavimentos flexíveis e rígidos de trechos localizados da rodovia, de forma a confirmar as informações relativas às monitorações realizadas pela Concessionária.

5.1.1.4 Deverão ser realizadas verificações, por amostragem, para os levantamentos Deflectométrico (FWD) e Visual Contínuo (LVC) em 40% da rodovia, para o levantamento do IRI deverá ser realizado verificações em 100% da rodovia. O Cálculo do quantitativo de 40% e 100% do pavimento deverá ser elaborado, respectivamente, da seguinte forma: (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (0,4) e (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (1).

5.1.1.5 Deverão estar incluídas nas verificações todas as faixas de tráfego da rodovia, inclusive as faixas das marginais e ruas laterais de operação da Concessionária.

5.1.1.6 A licitante vencedora procederá o apoio na avaliação periódica dos pavimentos do lote de Concessão, realizando inventários de condição funcional e estrutural.

5.1.1.7 Controle Deflectométrico:

- a) As medições das deflexões recuperáveis do pavimento devem ser levantadas nas faixas de tráfego da rodovia em consonância à metodologia prevista no PER.
- b) Para a determinação das deflexões recuperáveis deverá ser utilizado deflectômetro de impacto do tipo Falling Weight Deflectometer, devendo obedecer as normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Determinação de deflexões utilizando o deflectômetro de impacto (DNER – PRO 273/79), Avaliação Estrutural dos Pavimentos Existentes, Procedimento A (DNER–PRO 010/79) e Procedimentos para Avaliação Estrutural dos Pavimentos Existentes, Procedimento B (DNER – PRO 011/79), e possíveis alterações/adaptações publicadas pelo DNIT.
- c) Quando da realização do levantamento deflectométrico, deverão ser medidas as temperaturas da camada de revestimento asfáltico a cada 60 (sessenta) minutos. Caso seja verificada uma divergência de temperatura em relação à temperatura de referência de 21°C, deverão ser utilizados os fatores de ajustamento de temperatura indicados no Método de Ensaios DNER ME-024/94.

- d) Os equipamentos a serem utilizados no levantamento deflectométrico deverão estar aferidos no início dos trabalhos, pelas normas do INMETRO.
- e) Deverão ser enviadas à ANTT cópias em CD, em planilhas eletrônicas, dos arquivos de aquisição dos dados de campo.

5.1.1.8 Condições de Superfície:

- a) As condições de defeitos superficiais poderão ser avaliadas conforme as metodologias e os procedimentos adotados pelo Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes nas normas rodoviárias como DNIT 006/2003-PRO, DNIT 062/2004-PRO, DNIT 007/2003-PRO, DNIT-005-2003-TER -Terminologia de Defeitos em Pavimentos e Manual de Pavimento Rígido (2005).
- b) As diferenças de nível entre pista e acostamento (degrau) bem como as larguras das pistas de rolamento são parâmetros de desempenho previstos no PER e, portanto, devem ser mensurados.

5.1.1.9 Condições de Conforto:

- a) Condições de conforto do rolamento serão determinadas através da medição de irregularidades em todas as faixas de tráfego das rodovias, inclusive nos pavimentos rígidos. Para tanto será controlado o IRI, conforme definido no PER, medido através do perfilômetro a Laser ou outro de tecnologia superior.
- b) Os equipamentos a serem utilizados nos levantamentos deverão estar aferidos pelas normas do INMETRO.

5.1.1.10 Condições de Segurança:

- a) Para a determinação das condições de segurança dos pavimentos serão empregados métodos e equipamentos de medidas de textura e resistência ao deslizamento.
- b) Para a avaliação da macrotextura e do coeficiente de atrito dos revestimentos dos pavimentos podem ser utilizados os ensaios da mancha de areia e do Pêndulo Britânico.
- c) Os valores de aderência de um pavimento, ou seja, a macrotextura e a microtextura serão quantificados por meio do índice IFI (International Friction Index).
- d) Os levantamentos de condições de segurança deverão obedecer, pelo menos, aos procedimentos e as especificações da seguinte Norma Rodoviária DNIT (2006) – Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos.
- e) Os ensaios deverão ser executados preferencialmente em curvas acentuadas, áreas exsudadas e locais com mais acidentes causados por derrapagens ou que apresentem risco a segurança ao usuário em virtude de defeitos no pavimento.
- f) Deverá ser realizado um ensaio (unidade de amostragem) em cada quilometro da rodovia, até perfazer o quantitativo previsto, em locais a serem definidos pela ANTT. Ressalta-se que a unidade de amostragem abrange, segundo o manual de Restauração do DNIT(2006), ensaio concomitantes de pêndulo britânico intercalados com mancha de areia.

5.1.1.11 O Relatório de Apoio na Análise da monitoração do pavimento deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em pavimento de rodovias, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.

5.1.1.12 Para a coleta das informações descritas no presente item deverá ter acompanhamento de pelo menos um Engenheiro Civil Junior.

5.1.1.13 Para a análise das informações descritas no presente item e realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado deverão ser feita por pelo menos um Engenheiro Civil Sênior com experiência descrita no **item 6.4**.

5.1.1.1. A Licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

5.1.2. Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal

5.1.2.1. Deverão conter, no mínimo:

- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao atendimento aos parâmetros de desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando os casos de não atendimento;
- c) Apoio na Análise preliminar da adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, localização, nota da avaliação e data provável para intervenção;
- d) Apoio na avaliação da sinalização (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.

5.1.2.2. Deverão ser realizadas verificações por amostragem, com periodicidade anual para sinalização horizontal, em, no mínimo, 45% da rodovia, em locais definidos pela ANTT.

5.1.2.3. A retrorrefletância da sinalização horizontal de 45% do trecho concedido, escolhida de modo amostral, a critério da ANTT, deverá ser avaliada anualmente através de retrorrefletômetro, devidamente calibrado e de acordo com as especificações e procedimentos estabelecidos na Norma Técnica NBR 14723 da ABNT, NBR 14723 - Avaliação da retrorrefletividade e NBR 14636 - Sinalização Horizontal Viária - Tachas refletivas Viárias - Requisitos, nos locais previamente acertados com a ANTT. O Cálculo do quantitativo de 45% deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão da rodovia) x (multiplicado por 0,45).

5.1.2.4. Deverão ser avaliadas anualmente as condições físicas dos dispositivos delimitadores (tachas, tachões, balizadores, cilindros delimitadores, delineadores e outros), dos dispositivos de canalização (prismas e segregadores) e dos

dispositivos de sinalização de alerta (marcadores de obstáculos, marcadores de perigo e marcadores de alinhamento), indicando a necessidade de sua substituição ou complementação de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN.

5.1.2.5. Os Relatórios de Apoio na análise da monitoração da sinalização horizontal deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Pleno, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em sinalização rodoviária, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica – ART.

5.1.2.6. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Pleno e um técnico, na modalidade de engenheiro civil, com experiência descrita neste edital.

5.1.2.7. A Licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

5.1.3. Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical

5.1.3.1. Deverão conter, no mínimo:

- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
- c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, localização, nota da avaliação e data
- d) provável para intervenção;
- e) Apoio na avaliação da sinalização (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.
- f) Apoio na avaliação dos tipos de fixação da sinalização vertical e aérea em, no mínimo, 30% da rodovia, em locais definidos pela ANTT.

5.1.3.2. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual para sinalização vertical, em, no mínimo, 30% da rodovia, conforme definido pela ANTT.

5.1.3.3. A retrorrefletância da sinalização vertical, incluindo os dispositivos de sinalização de alerta, de 30% do trecho concedido deverá ser avaliada anualmente através de retrorrefletômetro, devidamente calibrado, de acordo com as especificações e procedimentos estabelecidos nas Normas Técnicas NBR 14644 e NBR 15426 da ABNT, nos locais previamente acertados com a ANTT, O Cálculo do

quantitativo de 30% da sinalização vertical, deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão total da rodovia) x (multiplicado por 0,3).

5.1.3.4. Os Relatórios de Apoio na Análise da monitoração da sinalização vertical deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Pleno, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em sinalização rodoviária, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica – ART.

5.1.3.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Pleno e um técnico, na modalidade de engenheiro civil com experiência descrita no *item 6.6 e 6.7*.

5.1.3.6. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

5.1.4. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especiais – OAE's

5.1.4.1. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especiais englobará o apoio na análise do Relatório de Monitoração, apresentado pelas Concessionárias, das Obras de Arte Especiais – OAE's existentes nas rodovias.

5.1.4.2. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das OAE's deverá conter, no mínimo:

- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
- c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição da OAE, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção;
- d) Apoio na avaliação das OAE's (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a descrição, localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias e também frente às normas NBR 9452-Vistoria de Pontes e Viadutos de Concreto, DNIT-010/2004-PRO Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento e Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias (DNIT,2004).

5.1.4.3. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual, em, no mínimo, 30% das OAE's, escolhido de modo amostral pela ANTT. O Cálculo do quantitativo de 30%

deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório de todas as Obras de Arte existentes na rodovia x (0,3)).

5.1.4.4. Deverão ser avaliadas as condições físicas e estruturais das OAE's, envolvendo todas as pontes, viadutos, passagens inferiores e superiores, além das passarelas de pedestres integrantes da rodovia, indicando a necessidade de recuperação, reforço e/ou alargamento, conforme definido no PER.

5.1.4.5. O Relatório de Apoio na Análise da monitoração das OAE's deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em OAE, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.

5.1.4.6. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Sênior e um Engenheiro Júnior, na modalidade de engenheiro civil, com experiência descrita nos **itens 6.5 e 6.6** deste Projeto Básico.

5.1.4.7. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.

5.1.5. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção

5.1.5.1. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção englobará o apoio na análise do Relatório de Monitoração, apresentado pelas Concessionárias, dos terraplenos e das estruturas de contenções existentes nas rodovias.

5.1.5.2. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção deverá conter, no mínimo:

- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
- c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção;
- d) Apoio na Avaliação dos Terraplenos e Estruturas de Contenção (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a descrição, localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias e também frente à norma NBR 11682 - Estabilidade de encostas.

5.1.5.3. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual, em, no mínimo, 30% da rodovia, em locais definidos pela ANTT. O Cálculo do quantitativo de 30% deverá ser elaborado da seguinte forma: (Somatório dos terraplenos e Estruturas de Contenção existentes na rodovia x (0,3)).

5.1.5.4. O Relatório de Apoio na Análise da monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada Geotecnia, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.

5.1.5.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, e um técnico, com experiência descritas no **item 6.5. e 6.7** deste Projeto Básico.

5.1.5.6. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

5.2 Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras

O escopo dos trabalhos consiste no apoio à ANTT no acompanhamento dos serviços relacionados à conservação, manutenção, operação e obras do trecho concedido, verificando preliminarmente se estão sendo executados de acordo com o escopo mínimo previsto e Parâmetros de Desempenho estabelecidos neste PER e com as normas vigentes e nos prazos de solução previstos em regulamentação da ANTT, com a elaboração, mensal, do Relatório de Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação para cada Rodovia, a saber:

5.3.1. Em relação ao Acompanhamento da Conservação e Manutenção deverá apresentar dados, informações e levantamentos a respeito do estado dos elementos existentes na rodovia, obtidos com vistorias realizadas na rodovia, e apoio na verificação preliminar do atendimento ao escopo mínimo previsto e Parâmetros de Desempenho estabelecidos neste PER e com as normas vigentes e nos prazos de solução previstos em regulamentação da ANTT. Deverá ser prestado apoio para coletar as informações, considerando no Relatório mensal, no mínimo:

- a) Estado Geral do pavimento de pistas, acostamentos, faixas de segurança, acessos, trevos, entroncamentos e retornos. Ações de limpeza, reparos na superfície do pavimento betuminoso, correção de defeitos localizados nas placas do pavimento de concreto. No caso dos pavimentos flexíveis, reparar trincas de classe 3, placas e afundamentos plásticos em pontos localizados. No caso dos pavimentos de concreto, conservar o sistema superficial de drenagem e recalques de aterros, selagem de juntas e reparos localizados nas placas. Remoção total ou parcial do pavimento, seguida de reconstrução, em áreas localizadas. Fresagem de parte da camada betuminosa e recomposição, em áreas localizadas. Reparos, em áreas localizadas. Selagem de trincas ou rejuvenescimento da camada betuminosa. Varredura constante das pistas. Todos os demais serviços necessários para atender às normas aplicáveis, aos manuais do DNIT e à regulamentação da ANTT.
- b) Estado geral de limpeza e conservação do sistema de drenagem e Obras de Arte Correntes (OACs), principalmente a identificação de elementos danificados, assoreados, obstruídos, insuficientes ou ausentes e de

pontos de cruzamento de água sobre a pista e/ou de represamento que apresente risco de aquaplanagem;

- c) Estado geral de limpeza e conservação da faixa de domínio e canteiro central no que diz respeito à necessidade de capina/roçada, remoção de entulhos/sucatas, poda de árvores, manutenção de aceiros, recomposição de cercas, bem como a identificação de aberturas de novos acessos irregulares e novas invasões da faixa de domínio e área não edificante e instalação de publicidades não autorizadas e acompanhamento do andamento das obras de implantação/regularização de acessos e ocupações de terceiros na faixa de domínio que foram autorizadas pela ANTT;
- d) Estado geral de limpeza, conservação e padronização de placas de sinalização e dispositivos de segurança, bem como de tachas e pinturas no pavimento, principalmente a identificação de segmentos sem a adequada sinalização horizontal.
- e) Estado geral de limpeza e conservação dos elementos das Obras de Arte Especiais (OAEs), principalmente guarda-corpos e juntas de dilatação e sistema de drenagem, além da identificação de desníveis nas cabeceiras de pontes e viadutos;
- f) Estabilidade de terraplenos e estruturas de contenção e do estado geral de limpeza, bem como Apoio na avaliação dos aspectos funcionais e estruturais dos elementos;
- g) Estado geral de limpeza e conservação de edificações e instalações operacionais;
- h) Estado geral de conservação dos sistemas elétricos e de iluminação.
- i) Túneis (Quando houver), onde deverão ser verificados os sistemas de ventilação e iluminação além da drenagem e limpeza em geral.
- j) Estado geral dos elementos de proteção e segurança da rodovia no que tangem aspectos funcionais e estruturais dos elementos.
- k) Todos os demais serviços necessários para atender ao escopo mínimo e parâmetros de desempenho estabelecidos no PER para a frente de conservação e manutenção, às normas aplicáveis, aos manuais do DNIT e à regulamentação da ANTT.
- l) Apoio na Elaboração de estatísticas no sentido de procurar identificar possíveis causas de irregularidades na atuação das Concessionárias com base nos dados levantados.

5.3.2. Em relação ao Acompanhamento da Operação: a verificação preliminar da consistência dos dados, informações e relatórios emitidos pelas Concessionárias, além da apresentação de propostas preliminares de tratamento das emergências e contingências. Deverá ser prestado apoio na verificação, considerando no Relatório mensal, no mínimo:

- a) Os tempos de atendimento dos serviços operacionais: atendimento médico, socorro mecânico, periodicidade das inspeções de tráfego, pistas AVI, analisadores de tráfego, entre outros descritos no PER, em relação aos previstos nos Contratos de Concessão;
- b) O funcionamento e estado geral dos equipamentos de ITS, previstos no PER, como câmeras de vídeo, painéis de mensagem, controladores de velocidade, sensores de pista, entre outros equipamentos.

- c) Listagem dos tempos e extensão de bloqueio de faixas de rolamento da rodovia para execução de obras pela concessionária, com indicação da descrição da obra, localização, motivo do bloqueio. Necessários para avaliação do Indicador de Disponibilidade na Rodovia (Dis), anexo 7 do contrato de concessão das rodovias da 3ª etapa).
- d) Os tempos e extensão das filas nas praças de pedágio, em relação aos parâmetros máximos previstos no PER.
- e) Apoio na monitoração das condições de tráfego e situações emergenciais de porte (acidentes, clima adverso etc.),
- f) Apoio na identificação de possíveis causas de irregularidades na atuação das Concessionárias, com base nos dados levantados, elaboração de estatísticas e proposição de melhorias, buscando sempre soluções de menor custo;
- g) Apoio na realização de mapeamento das ocorrências de acidentes e emergências, por quilômetro, de forma georreferenciada, e o cruzamento destes dados com a qualidade da pista, elementos físicos, eventos climáticos, densidade demográfica nas margens da rodovia, entre outros aspectos, que possibilitem a análise da causa dos acidentes e emergências e propostas de ações de correção e prevenção;
- h) Apoio nas verificações, por amostragem, nos relatórios estatísticos de tráfego e de acidentes elaborados pelas Concessionárias, de forma a verificar os indicadores e sua evolução mensal, de forma a detectar os pontos críticos existentes e potenciais, no sentido de indicar à ANTT possíveis providências bem como subsidiar um plano de redução de acidentes que estabeleça metas adequadas;
- i) Apoio na verificação dos níveis de serviço e consequentes soluções de reestabelecimento do nível de serviço adequado com soluções de baixo custo ou/e ampliação de capacidade;
- j) Apoio no acompanhamento da eficiência das ações de correção e prevenção implantadas pelas Concessionárias;
- k) Apoio na Análise preliminar, com periodicidade anual, do Relatório de monitoramento de tráfego e Relatório de monitoração de redução de acidentes quando apresentados pelas Concessionárias, de acordo com o estabelecido no PER.

5.3.3. Escopo do Apoio ao Acompanhamento de Obras

5.3.3.1. Deverão ser apresentados dados, informações e levantamentos obtidos com as vistorias realizadas em todas as obras em execução na rodovia. Deverão ser verificados e considerados no Relatório mensal para cada obra, considerando um capítulo do relatório por obra, no mínimo:

- a) Apoio na verificação do Percentual mensal de execução física da obra em função do cronograma aprovado constante do Projeto Executivo;
- b) Apoio na verificação do Percentual acumulado de execução física da obra em função do cronograma aprovado constante do Projeto Executivo;
- c) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento ao Plano de Trabalho aceito pela ANTT;
- d) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento às normas técnicas e ao PER;

- e) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento aos Projetos aceitos pela ANTT;
- f) Apoio na análise preliminar quanto aos motivos para eventuais atrasos durante a execução das obras em relação ao plano de trabalho aprovado;
- g) Apoio no acompanhamento e descrição de fatos relevantes ocorridos durante a execução da obra;
- h) Relatório fotográfico com identificação de data, local e descrição da obra.

5.2.1.1. Para a aferição dos avanços físicos, deverão ser consideradas a metodologia indicada pela ANTT.

5.3.4. Deverá ser apresentado relatório fotográfico com relação ao acompanhamento descrito, com identificação de data, local e descrição do evento para cada fotografia.

5.3.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item deverão ser realizadas vistorias nas obras em execução, em frequência adequada, e sempre que demandadas pela ANTT em eventos específicos, e deverão ser realizadas por profissionais com capacitação compatível, conforme itens 6.5 e 6.6 deste Projeto Básico.

5.3.6. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, considerando o mínimo descrito no **item 5** deste Projeto Básico, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.

5.3.7. O Relatório deverá ser apresentado em 1 (uma) via impressa e em meio eletrônico, até o 7º dia do mês subsequente.

5.3.8. O Relatório de Acompanhamento de Conservação, Manutenção, Operação e Obras deverá ser assinado por profissionais com capacitação compatível com as áreas, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada ART específica.

5.3.9. Caso seja verificada alguma irregularidade ou inconformidade, considerando o previsto no PER, deverá ser encaminhado Relatório Específico com registro fotográfico por meio eletrônico à COINF respectiva, em até 12 horas do dia seguinte ao dia da ocorrência verificada para verificação e providências da ANTT.

6. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

6.1. A Licitante vencedora deverá ter condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a elaboração dos produtos e para a prestação dos serviços, conforme relacionado nos itens abaixo, em tempo hábil em todos os níveis exigidos.

6.2. De forma a otimizar o uso dos serviços licitados pela ANTT, os profissionais alocados deverão possuir os níveis de profissionalização e requisitos de qualificação para executar os serviços conforme definido neste Projeto Básico.

6.3. Perfil mínimo para as atividades de Coordenação Geral: Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, no planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, ferroviária ou aeroportuária, envolvendo coordenação de equipes e Gerenciamento, Assessoria ou Supervisão.

6.4. Perfil mínimo para as atividades do Especialista em Pavimento: Engenheiro Sênior com experiência em execução/supervisão/fiscalização de infraestrutura rodoviária e conhecimento em projetos rodoviários, na modalidade de engenharia civil.

6.5. Perfil mínimo para as atividades do Engenheiro Rodoviário: Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência na supervisão e/ou fiscalização de obras de ampliação, melhoramentos de restauração, conservação e manutenção de rodovias, obras de arte especiais e contenções, drenagem e sinalização.

6.6. Perfil mínimo para as Atividades de Engenharia: Engenheiro Sênior, Pleno ou Júnior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada na área de infraestrutura rodoviária.

6.7. Atividades de Assistência Técnica: formação de nível médio completo, noções básicas de informática, conhecimento intermediário em planilha de Excel, habilidade no manuseio de processos, capacidade em manter sigilo de informações, boa comunicação interpessoal, capacidade de organização e de cumprir prazos.

6.8. Para a composição referencial da equipe de trabalho é necessária experiência mínima conforme quadro a seguir:

PROFISSIONAL	PRODUTOS RELACIONADOS AS ATIVIDADES DO PROFISSIONAL
CONSULTOR	Engenheiro ou Profissional com, no mínimo, Doutorado na área de interesse, e/ou Experiência Profissional \geq 15 anos
COORDENADOR	Engenheiro - Experiência Profissional \geq 10 anos
ENGENHEIRO SÊNIOR	Experiência Profissional \geq 8 anos
ENGENHEIRO PLENO	Experiência Profissional \geq 5 anos
ENGENHEIRO JÚNIOR	Experiência Profissional \geq 2 anos
PROFISSIONAL SÊNIOR	Experiência Profissional \geq 8 anos
PROFISSIONAL PLENO	Experiência Profissional \geq 5 anos
PROFISSIONAL JÚNIOR	Experiência Profissional \geq 2 anos
TÉCNICO SÊNIOR	2º Grau Completo - Experiência Profissional \geq 8 anos
TÉCNICO PLENO	2º Grau Completo - Experiência Profissional \geq 5 anos
TÉCNICO JÚNIOR	2º Grau Completo - Experiência Profissional \geq 2 anos
SECRETÁRIA	2º Grau Completo - Experiência em serviços administrativos \geq 2 anos

6.9. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

6.10. O tempo de experiência de cada profissional deverá ser comprovado por meio de currículo e mediante registro na Carteira de Trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.11. Os membros da equipe técnica apontados para pontuação, conforme descrito no Edital, deverão obrigatoriamente realizar os trabalhos previstos neste Termo de Referência. Eventuais substituições poderão ser aceitas, a critério da ANTT, desde que previamente comunicadas.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias após a assinatura

do contrato.

7.2. A aceitação e pagamento de cada Produto estão condicionados ao atendimento dos requisitos de qualidade em todas as atividades e a entrega dos Relatórios, conforme parâmetros, constante no presente Projeto Básico.

7.3. O prazo de entrega dos produtos elaborados no mês anterior é de até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, considerando os prazos limites estabelecidos no presente Projeto Básico, nas COINFs indicadas pela gestão do contrato.

7.4. Durante a execução do contrato poderá haver mudança do local da entrega dos relatórios, entretanto, caso isso ocorra, será previamente comunicado por escrito à licitante vencedora, com antecedência mínima de 15 dias.

7.5. A Gestão do Contrato poderá suspender a entrega dos relatórios, comunicando previamente a contratada, com antecedência mínima de 45 dias da data prevista para a entrega destes relatórios, de forma que não sejam realizadas atividades relativas aos produtos não necessários.

7.6. A licitante vencedora deverá elaborar quantas minutas forem necessárias para atender às adequações solicitadas pela ANTT, sendo certo que a ANTT poderá solicitar quantas adequações forem necessárias.

7.7. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada produto, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Projeto Básico.

7.8. O prazo para o recebimento provisório dos produtos substituídos é de 5 (cinco) dias corridos, contados da entrega dos produtos substituídos, nas condições estabelecidas no **item 7.5** do presente Projeto Básico.

7.9. Os Produtos deverão ser entregues respeitando o cronograma de execução, sendo protocolado formalmente na COINF correspondente.

7.10. Os Produtos entregues só serão pagos quando aprovados pela fiscalização. Caso o Produto seja rejeitado pela fiscalização por não atender os procedimentos técnicos e de apresentação previamente acordados, o mesmo será devolvido à Contratada com as devidas indicações das inconformidades apontadas. A reincidência de um Produto deficitário implicará na instauração de processo administrativo para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

7.11. Os produtos deverão ser entregues etiquetados com o mês e ano de referência, número de medição correspondente, indicar o lote/Rodovia e produto que pertencem, além da numeração das páginas e índice. Inclusive arquivos digitais (cds, dvds), inclusive planilhas eletrônicas em formato XLS (ou XLSX), pranchas de desenho em formato CAD.

7.12. Os Produtos deverão ser apresentados por meio de Relatório que deverá contemplar o detalhamento dos serviços desenvolvidos para cada atividade apresentada no período correspondente, devendo ser aprovado pela equipe técnica da ANTT.

7.13. O detalhamento representa a composição referencial mensal dos Custos Gerenciais Indiretos e dos Custos para Elaboração dos Relatórios relacionados aos produtos correspondentes, e constam do **Anexo III** deste Projeto Básico.

7.14. Forma de Pagamento

7.14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de entrega da medição, que deverá reunir os Produtos aceitos pela ANTT, no período, conforme o cronograma físico-financeiro descrito acima.

7.14.2. No primeiro ano da execução do contrato, deverão ser entregues produtos parciais, de acordo com o cronograma de execução, de modo que o pagamento correspondente possa ser realizado.

7.14.3. O pagamento será creditado em conta corrente da Contratada, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.14.4. É condicionante, para a realização dos pagamentos, que as medições dos serviços sejam feitas juntamente com a entrega dos relatórios correspondentes e do relatório gerencial, incluindo as atas de reuniões realizadas junto a ANTT.

7.14.5. A ANTT pagará à empresa pelos serviços executados, tratados e entregues através dos produtos previstos neste Projeto Básico.

7.14.6. O valor proposto pela Contratada para os Produtos deverão contemplar todas as despesas com viagens, diárias, aprimoramento, atualização e especialização das equipes necessárias para o desenvolvimento dos serviços previstos.

7.14.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos

materiais empregados.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

9.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

9.8. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

9.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

9.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.16. Caberá à licitante vencedora a designação de um profissional preposto para representá-la junto à ANTT, sendo este o Coordenador Geral e também, promover o controle de pessoal, respondendo perante a ANTT por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo pessoal por ela contratado.

9.17. O preposto deverá estar presente no escritório de obra/fiscalização e

comparecer ao local de execução/fiscalização/ocorrência dos serviços/ de entrega dos relatórios sempre que requisitado pelo Fiscal do Contrato, ou em sua eventual ausência, pelo Coordenador de Infraestrutura ou pelo Superintendente de Exploração de Infraestrutura, ou de acordo com a necessidade das atividades.

9.18. A Licitante vencedora deverá apresentar relação nominal de Engenheiros e Técnicos, em um prazo máximo de 25 dias, contados da ordem de início do contrato, com seus currículos detalhados, responsabilizando-se pela sua veracidade e compatibilidade com a experiência profissional requerida, contendo o número do CREA, se for o caso.

9.19. A CONTRATADA deverá mobilizar os profissionais, em um prazo máximo de 30 dias, contados da ordem de início do contrato, de modo a não comprometer as entregas dos Produtos previstos, evitando assim, prejuízos e atrasos dos mesmos. A composição das equipes apresentadas foi estimada em função das práticas atuais dos Processos e dos Fluxos de Informações em operação nas Gerências e na SUINF. Entretanto, é de RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA atender as demandas expressas em cada um dos Produtos.

9.20. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenação.

9.21. A vencedora do certame deverá garantir junto ao seu quadro de funcionários, a partir da homologação e adjudicação, e ao longo de todo o contrato, integral cumprimento da legislação trabalhista vigente.

9.22. A vencedora da licitação também deverá garantir e prestar contas acerca do constante aperfeiçoamento e atualização da equipe mobilizada para o exercício do contrato a ser pactuado, por intermédio de especializações, cursos relacionados às atividades desempenhadas por cada área, palestras técnicas, congressos nas áreas fins, seminários, dentre outros.

9.23. Com o intuito de atender ao dispositivo legal que estabelece a necessidade de serem adotadas práticas sustentáveis nas Licitações Públicas, a vencedora da licitação deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a IN/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

- I. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III. Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessário, para a execução de serviços;
- V. Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI. Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados na execução dos serviços determinados no contrato, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- VII. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

- VIII. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único - Conforme dispõe o art. 3º da IN/SLTI 01/2010, será avaliada a devida observância ou não dos critérios de sustentabilidade na elaboração do Plano de Trabalho entregue para fins de Proposta Técnica.

9.24. A empresa contratada e seus colaboradores não poderão manter relação jurídica de qualquer natureza com a concessionária da rodovia federal concedida objeto do contrato

10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

10.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme item 6.2 deste Edital.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

11.2. A subcontratação é possível para serviços técnicos especializados que sejam realizados de forma eventual e que demandem instrumentação específica.

11.3. A Relação com terceiros é de total responsabilidade da Contratante

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub-dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.10.1. O(s) gestor(es) e/ou fiscal(is), de acordo com a sua responsabilidade serão responsáveis pela abertura da(s) Ordem(ns) de Serviço, bem como pelo acompanhamento, avaliação e aprovação dos serviços realizados pela licitante vencedora.

13.10.2. A fiscalização do contrato será responsável por:

- a) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome do(s) funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b) encaminhar a documentação comprobatória de descumprimento contratual para os setores responsáveis e solicitar providências;
- c) atestar a Nota Fiscal de cobrança encaminhada pela Contratada;
- d) executar a gerência e supervisão de todos os serviços contratados, bem como o acompanhamento e gerenciamento sistemático do processo de solução de problemas e recuperação de falhas, registrados em Ordens de Serviço;
- e) executar os procedimentos administrativos referentes aos recursos alocados para execução dos serviços contratados;
- f) outras atividades que a legislação e normas definem sobre a fiscalização de contratos administrativos.

13.10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.10.4. O desempenho insatisfatório na execução dos serviços e na entrega dos relatórios, verificado de forma reiterada, resultará na notificação da Licitante Vencedora para que justifique as ocorrências e proponha medidas corretivas.

13.10.5. A persistência do desempenho insatisfatório na execução dos serviços e na entrega dos relatórios poderá dar causa à rescisão, de pleno direito, do Contrato, sem prejuízo à aplicação das penalidades cabíveis.

14. DO REAJUSTE

14.1. A parcela dos preços contratuais em Reais será reajustada pelo Índice de Consultoria utilizado pelo DNIT, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01 (um) ano, desde o mês base da proposta que é o mesmo do orçamento referencial preestabelecido no Edital, nos termos do Art. 3º § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo.

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I0 = Índice de preço verificado no mês do orçamento

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

15.1. O cronograma de atividades apresentado pela licitante representa as quantidades de serviços a serem executados pelo contrato e é o elemento básico de controle da obra como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

15.2. A ANTT observará para que o Cronograma máximo por período esteja em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros programados. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta dos créditos próprios consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANTT ou no Plano Plurianual de Investimento.

15.3. Os Cronogramas físicos e financeiros previsto na programação do projeto, e que será o norteador da execução do contrato, constam do **Anexo I-B** deste Projeto Básico.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

16.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

EM = Encargos moratórias;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira => **I = 0,00016438**, assim apurado:

I = (TX) TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = (6/100) / (365) I = 0,0001643

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a CONTRATADA que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

17.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

17.2.2. Multa moratória de até 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.2.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

17.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo nº 50500.452517/2016-93

ANEXO "I-A"

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E PROPOSTAS DE PREÇO

1. PROPOSTA TÉCNICA

1.1. CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA

A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada em envelope independente, opaco e inviolado, devidamente lacrado e rubricado, contendo 02 (duas) vias, uma no original ou em cópia autenticada e a outra via em cópia simples, e deverá conter os itens a seguir discriminados:

1.1.1. Índice

Contendo no mínimo os principais elementos da sua proposta.

1.1.2. Conhecimento do Problema

1.1.2.1 Visa estabelecer o nível de conhecimento por parte da PROPONENTE quanto aos serviços objeto da presente licitação.

1.1.2.2 A abordagem deverá ser apresentada separadamente pelos itens abaixo:

- a) Sistema existente de rodovias federais concedidas e as principais intervenções para melhoria da gestão, operação e acompanhamento das atividades pertinentes à ANTT;
- b) Estrutura organizacional e operacional da ANTT;
- c) Conhecimento e abrangência do contrato de Concessão e seus anexos (inclusive PER);
- d) Aspectos relevantes relativos ao atendimento, segurança, conforto e satisfação do usuário;
- e) Interrelacionamentos das equipes de supervisão, e entre estas e as Gerências da SUINF/ANTT.

1.1.2.3 A PROPONENTE deverá apresentar texto dissertativo, com no máximo 20 (vinte) páginas, no formato A4, com textos redigidos em letra Arial, corpo 12, com espaçamento simples, não sendo computadas as folhas de rosto, índices e anexo. Serão contabilizadas, como anexo, o número de páginas - no máximo 5 (cinco) - poderão ser utilizados formatos múltiplo de A4 ou A3, sendo nesta hipótese, os formatos múltiplos de A4 ou A3 considerados como sendo uma página para fins do limite fixado neste item, para apresentação de planilhas, desenhos e gráficos. Apresentar páginas numeradas.

1.1.2.4 Os textos contidos em páginas adicionais, que ultrapassarem o limite definido, não serão objeto de qualquer análise ou consideração, por parte da COMISSÃO, para fins de atribuição da Nota da Proposta Técnica. As páginas serão examinadas na ordem sequencial e numérica de sua apresentação.

1.1.3. Plano de Trabalho

1.1.3.1 Visa estabelecer como a PROPONENTE planeja organizar e operar os serviços a serem realizados.

1.1.3.2 A abordagem deverá ser apresentada separadamente pelos itens abaixo:

- a) Plano de apoio a supervisão, seus aspectos metodológicos e adequação às funções mencionadas neste *PROJETO BÁSICO*;
- b) Principais atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA na prestação dos serviços de apoio a supervisão;
- c) Estrutura organizacional (organograma) e operacional para a execução dos serviços de apoio a supervisão a serem desenvolvidas pela CONTRATADA;
- d) Sistema de relatórios e seus modelos a serem apresentados pela CONTRATADA, abrangendo seus conteúdos e periodicidade;
- e) Fluxograma das atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA, correspondentes às funções mencionadas neste PROJETO BÁSICO, envolvendo estudos, coleta dos dados, análise e produção de relatório;
- f) Descrição da infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades de apoio a fiscalização definidas neste PROJETO BÁSICO, incluindo infraestrutura, equipamentos e materiais;
- g) Apresentação do Plano Básico de Visitas Rotineiras para o perfeito cumprimento das atividades mencionadas neste PROJETO BÁSICO.

1.1.3.3 Independentemente do programa de visitas apresentado, a ANTT poderá solicitar tantas visitas quantas se fizerem necessárias para pleno atendimento do objeto contratual.

1.1.3.4 O Plano de Trabalho deverá estar contido em um número máximo de 20 (vinte) páginas (numeradas) em formato A4, sendo a parte de textos redigida com letra Arial, corpo 12, com espaçamento simples, não se computando as folhas de rosto, índices e anexos.

1.1.3.5 Para a apresentação de planilhas, desenhos e gráficos, serão contabilizadas, como anexo, o número de páginas - no máximo 5 (cinco) - poderão ser utilizados formatos múltiplo de A4 ou A3, sendo nesta hipótese, os formatos múltiplos de A4 ou A3 considerados como sendo uma página para fins do limite fixado neste item.

1.1.3.6 Para fins de atribuição de Nota da Proposta Técnica os textos contidos em páginas adicionais, que ultrapassem o limite definido, não serão objeto de qualquer análise ou consideração por parte da COMISSÃO. As páginas serão examinadas na ordem sequencial e numérica de sua apresentação.

1.1.4. Experiência Técnica da PROPONENTE

1.1.4.1 A comprovação da Experiência Técnica da PROPONENTE visa demonstrar o desempenho da empresa em serviços concluídos ou em andamento e deverá ocorrer mediante apresentação de um ou mais atestados e/ou certidões de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, relativo à execução do serviço, compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as seguintes atividades:

- a) Supervisão e/ou fiscalização de obras de restauração de rodovias. A extensão do trecho a que corresponde o atestado deverá ser igual ou superior a 20% da extensão do lote a que concorre, sob pena de

desconsideração do atestado para fins de pontuação. No caso de Consórcio de empresas, a extensão considerada será proporcional à participação das empresas neste lote, sendo, se for o caso, permitido o somatório das extensões;

- b) Apoio técnico ao gerenciamento na execução de obras de implantação e/ou duplicação de rodovias com restauração, com extensão mínima de 40 km;
- c) Apoio técnico ao Gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização de empreendimentos ou programas compreendendo, coordenação, planejamento, programação, controle e acompanhamento econômico financeiro de obras;
- d) Assessoramento e/ou Apoio a Poder Concedente / Órgão Regulador e Fiscalizador na supervisão e/ou fiscalização da concessão de obras e operação de rodovias, com extensão mínima de 25 km.

1.1.4.2 Os atestados acima referidos deverão estar acompanhados das Certidões de Acervo Técnico e serão pontuados conforme critério de pontuação previsto no **item 1.2.3 do Anexo I-A**.

1.1.4.3 Para efeito de apresentação, a PROPONENTE deverá, em folha que antecede o conjunto de atestados, caracterizar a informação conforme segue:

Nº CAT	ITEM AVALIADO	LOCALIZAÇÃO (PÁGINA)

1.1.4.4 Deverá estar grifada no Atestado, com caneta tipo “marca texto”, a informação que caracteriza o item a ser avaliado.

1.1.4.5 No caso de Consórcio, para comprovação dos serviços, será aceito o somatório dos atestados em nome das empresas dele participantes.

1.1.5. Equipe Técnica

1.1.5.1 Para cada uma das atividades mencionadas a seguir, o(s) responsável(eis) deverá(ão) fazer parte do quadro permanente da PROPONENTE na data da apresentação da proposta e comprovar experiência nas atividades constantes, através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados de Certidão(es) de Acervo Técnico (CAT), e/ou registro na entidade profissional competente do profissional apresentado.

1.1.5.2 Os profissionais que serão apresentados para funções abaixo deverão ter seus nomes citados nos atestados:

a) Para a função de COORDENADOR GERAL:

- Engenheiro Sênior, com experiência comprovada no planejamento e gestão de projetos e/ou empreendimentos, envolvendo coordenação de equipes em atividade similar ao objeto da presente licitação.

b) Para a função de COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA (ENGENHEIRO SÊNIOR):

- Engenheiro Sênior, com experiência profissional em supervisão ou fiscalização ou operação, comprovada em pelo menos 1 (uma) das seguintes atividades:

- ✓ Obras de ampliação da capacidade, melhoramentos e restauração de rodovias;
- ✓ Obras de conservação e manutenção de rodovias, bem como obras de arte especiais, contenções, drenagem e sinalização;
- ✓ Operação de rodovias;
- ✓ Operação de praça de pedágio;
- ✓ Controle de níveis de serviços rodoviários;

1.1.5.3 Aos consultores, em razão do tipo de atividade que exercem, que não lhes exige dedicação integral, será permitido integrar mais de uma Equipe Técnica do mesmo PROPONENTE.

1.1.5.4 A comprovação do cumprimento das exigências deste item será realizada mediante a apresentação de currículos/quadros, conforme modelo e atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, e a comprovação, através de cópia, na data da apresentação da proposta, da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou da Ficha de Registro de Empregado (FRE), ou do contrato social ou ata da assembleia que tenha investido o dirigente da PROPONENTE, ou contrato de trabalho, ou contrato de prestação de serviços celebrado entre a PROPONENTE e o autônomo.

1.1.5.5 Não deverão ser apresentados os currículos dos demais profissionais que integrarão a equipe técnica.

1.1.6. Termo de Encerramento

Deverá ser declarado o número de folhas que compõem o volume.

1.2 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Será atribuída Nota da PROPOSTA TÉCNICA (NPT) pela COMISSÃO, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, observados os seguintes critérios:

1.2.1 Pontuação do Conhecimento do Problema (CP) – Máximo 5,00 (cinco) Pontos

CONHECIMENTO DO PROBLEMA - CP	PONTOS			
	Excelente	Bom	Regular	Inadequado
a) Sistema existente de rodovias federais concedidas e as principais intervenções para melhoria da gestão, operação e acompanhamento das atividades pertinentes à ANTT	1	0,75	0,25	0
b) Estrutura organizacional e operacional da ANTT	0,75	0,5	0,15	0
c) Conhecimento do Contrato e das principais intervenções constantes do PER.	1,25	1	0,5	0
d) Aspectos relevantes relativos ao atendimento, segurança, conforto e satisfação do usuário	1	0,5	0,25	0

e) Interrelacionamento das equipes de supervisão, e entre estas e as Gerências da SUINF/ANTT	1	0,5	0,25	0
TOTAL	5,00	3,25	1,40	0

- a) **Excelente:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo demonstre conhecimento pleno e abrangente do Programa de Concessões, com uma avaliação adequada da situação vigente e das dificuldades de implantação dos serviços propostos.
- b) **Bom:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo técnico demonstre conhecimento básico, mas não abrangente dos serviços e das dificuldades de implantação dos mesmos.
- c) **Regular:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo demonstre conhecimento razoável, sem uma adequada abrangência dos serviços e das dificuldades de implantação dos mesmos.
- d) **Inadequado:** PROPOSTA TÉCNICA não demonstrando conhecimento técnico e as dificuldades de implantação dos serviços.

1.2.2 Pontuação do Plano de Trabalho (PT) – Máximo 10,00 (dez) Pontos

PLANO DE TRABALHO - PT	PONTOS			
	Excelente	Bom	Regular	Inadequado
a) Plano de Apoio a supervisão, seus aspectos metodológicos e adequação às funções mencionadas no <i>Anexo I - PROJETO BÁSICO</i> ;	2,5	2,0	1,5	0
b) Principais atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA na prestação dos serviços de apoio a supervisão;	1,25	1	0,75	0
c) Estrutura organizacional (organograma) e operacional para a execução dos serviços de apoio a supervisão a serem desenvolvidas pela CONTRATADA;	1,25	1	0,75	0
d) Sistema de relatórios e seus modelos a serem apresentados pela CONTRATADA, abrangendo seus conteúdos e periodicidade;	1,25	1	0,75	0
e) Fluxograma das atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA, correspondentes às funções mencionadas no <i>Anexo I - PROJETO BÁSICO</i> envolvendo estudos, coleta dos dados, análise e produção de relatório	1,25	1	0,75	0
f) Descrição da infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades de apoio a fiscalização definidas no	1,25	1	0,75	0

Anexo I - PROJETO BÁSICO incluindo infraestrutura, equipamentos e materiais;				
g) Apresentação do Plano Básico de Visitas Rotineiras para o perfeito cumprimento das atividades mencionadas no Anexo I - PROJETO BÁSICO	1,25	1	0,75	0
TOTAL	10,00	8	6	0

- a) **Excelente:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo demonstre um Plano de Trabalho pleno e coerente com o estágio atual dos programas e serviços.
- b) **Bom:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo demonstre um Plano de Trabalho pleno com razoável coerência com o estágio atual dos programas e serviços.
- c) **Regular:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo demonstre um Plano de Trabalho regular e com pouca coerência com o estágio atual dos programas e serviços.
- d) **Inadequado:** PROPOSTA TÉCNICA cujo conteúdo não demonstre um Plano de Trabalho coerente com o estágio atual dos programas e serviços.

1.2.3 Pontuação da Experiência Técnica da PROPONENTE (EP) - Máximo de 55,00 (cinquenta e cinco) pontos

1.2.3.1 A Experiência Técnica da PROPONENTE será julgada através de atestado(s).

1.2.3.2 Será atribuída pontuação às PROPONENTES que apresentarem Atestados e Certidões, nos termos estabelecidos nos **subitens 1.2.3.3 e 1.2.3.4**, sobre o desempenho da empresa, em serviços concluídos ou em andamento. Só serão considerados válidos atestados em nome da PROPONENTE, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrados na entidade profissional competente.

1.2.3.3 Deverão ser apresentados **atestados distintos para cada item de serviços/atividades** que evidenciem a participação efetiva da empresa nas atividades previstas listadas abaixo e serão pontuados da seguinte forma:

EXPERIÊNCIA TÉCNICA DO PROPONENTE - EP	
CRITÉRIO	PONTOS
Comprovação de execução dos serviços constantes dos itens A, B, C e D.	55
Comprovação de execução dos serviços constantes do item A.	25
Comprovação de execução dos serviços constantes do item B.	15
Comprovação de execução dos serviços constantes do item C.	10
Comprovação de execução dos serviços constantes do item D.	5

1.2.3.4 Atividades Previstas:

ITEM	SERVIÇOS/ATIVIDADES
A	Supervisão e/ou fiscalização de obras de restauração de rodovias. A extensão do trecho a que corresponde o atestado deverá ser igual ou superior a 20% da extensão do lote a que concorre, sob pena de desconsideração do atestado para fins de pontuação. No caso de Consórcio de empresas, a extensão considerada será proporcional à participação das empresas neste lote, sendo, se for o caso, permitido o somatório das extensões.
B	Apoio técnico ao gerenciamento na execução de obras de implantação e/ou duplicação de rodovias com restauração, com extensão mínima de 40 km.
C	Apoio técnico ao gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização de empreendimentos ou programas compreendendo coordenação, planejamento, programação, controle e acompanhamento econômico financeiro de obras.
D	Assessoramento e/ou apoio ao Poder Concedente/ Órgão Regulador e Fiscalizador na supervisão e/ou fiscalização da concessão de obras e operação de rodovias, com extensão mínima de 25 km.

1.2.3.5 No caso de consórcio, será considerado o somatório da experiência técnica das empresas participantes.

1.2.4 Pontuação da Equipe Técnica (ET) – Máximo de 30,00 (trinta) pontos

1.2.4.1 Serão avaliados individualmente os profissionais que integram a equipe técnica da PROPONENTE quanto à experiência geral e específica, seguindo o seguinte critério de pontuação:

1.2.4.2 EXPERIÊNCIA GERAL: Deverá ser comprovada por meio de currículo, conforme modelo.

1.2.4.3 A Experiência Geral nas categorias indicadas deverá ser avaliada sob o ponto de vista do TEMPO DE FORMADO do profissional. As notas obedecerão aos seguintes critérios:

CATEGORIAS PROFISSIONAIS (Atividades)	EXPERIÊNCIA GERAL - PONTOS		
	> = 15 ANOS	> = 10 ANOS < 15 ANOS	< 10 ANOS
Para a função de Coordenação Geral	5,0	3,0	1,0
Para a função de Coordenação de Infraestrutura (Engenheiro Sênior)	5,0	3,0	1,0
TOTAL	10,0	6,0	2,0

1.2.4.4 EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA:

- a) Para o Coordenador Geral deverá ser comprovada experiência em TEMPO DE ATUAÇÃO nas atividades específicas por meio de currículo, e dos respectivos atestados que comprovem a participação como Responsável Técnico, Coordenador ou Supervisor em serviços de planejamento e gestão de projetos e/ou empreendimentos, envolvendo coordenação de equipes em atividade similar ao objeto da presente licitação (Gerenciamento, Assessoramento ou Supervisão de Obras Rodoviárias), com as respectivas CAT's e/ou registro na entidade

competente do profissional apresentado. Não será considerada como tempo de experiência acumulada mais de uma atividade executada no mesmo período.

- b) Para o Coordenador de Infraestrutura (Engenheiro Sênior) deverá ser comprovada experiência em TEMPO DE ATUAÇÃO nas atividades específicas por meio de currículo, e dos respectivos atestados que comprovem a participação como Coordenador, Supervisor ou Residente em serviços de supervisão ou fiscalização ou operação de Rodovias, com as respectivas CAT's e/ou registro na entidade competente do profissional apresentado. Não será considerada como tempo de experiência acumulada mais de uma atividade executada no mesmo período.
- c) A experiência específica deverá ser avaliada sob o ponto de vista da execução de serviços de características semelhantes, de complexidade tecnológica e operacional, equivalentes ou superiores às que constituem o escopo das atividades a serem desempenhadas pelo Profissional. As notas obedecerão aos seguintes critérios:

CATEGORIAS PROFISSIONAIS (Atividades)	EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA - PONTOS		
	> = 8 ANOS	> = 05 ANOS < 08 ANOS	< 05 ANOS
Para a função de Coordenação Geral	10,0	7,0	4,0
Para a função de Coordenação de Infraestrutura (Engenheiro Sênior)	10,0	7,0	4,0
TOTAL	20,0	14,0	8,0

1.2.4.5 **NOTA FINAL:** A nota final relativa à Experiência Geral e Específica será calculada a partir da média aritmética das notas individuais de cada profissional, obtendo-se no máximo 30 (trinta) pontos, sendo 10 (dez) pontos relativos à Experiência Geral e 20 (vinte) pontos relativos à Experiência Específica.

1.2.5 Desclassificação

1.2.5.1 Serão desclassificadas as PROPOSTAS TÉCNICAS que não atenderem, no mínimo, a 60% da pontuação dos ***subitens 1.2.1 e 1.2.2 deste Anexo I-A***.

1.2.6 Nota da PROPOSTA TÉCNICA – Máximo de 100,00 (cem) pontos

1.2.6.1 A NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA será calculada através da seguinte fórmula:

$$NPT = (CP + PT + EP + ET)$$

onde:

NPT = nota da PROPOSTA TÉCNICA

CP = soma dos pontos do Conhecimento do Problema

PT = soma dos pontos Plano de Trabalho

EP = soma dos pontos da Experiência Técnica da Proponente

ET = soma dos pontos da Equipe Técnica

1.2.6.2 A COMISSÃO - dará ciência dos resultados aos interessados em publicação

no DOU – Diário Oficial da União.

1.2.6.3 **NOTA:** A proponente poderá participar em mais de um lote, mas somente terá adjudicado um lote, a ser definido pelo CONTRATANTE, conforme critério definido no item aquele que se mostrar mais vantajoso a este.

2. PROPOSTA DE PREÇOS

2.1. CONTEÚDO DA PROPOSTA PREÇOS

A Proposta de Preços, apresentada no envelope nº 03, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

2.1.1 Carta de Apresentação com o valor total da proposta em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo constante no **Anexo II– Carta de Apresentação da Proposta de Preços (modelo)**, deste Edital.

2.1.2 Planilha de Preços, conforme modelo constante no **Anexo II - Planilha Preços (modelo)**, deste Edital.

2.1.3 A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual.

2.1.3.1 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

2.1.3.2 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

2.1.3.3 Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

2.1.3.4 As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

2.1.3.5 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

2.1.3.6 Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

2.1.4 Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme modelo constante no **Anexo 1-B** do Projeto

Básico.

2.1.5 O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua entrega.

2.2. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

2.2.1 Serão desclassificadas as PROPOSTAS DE PREÇOS que:

2.2.1.1 Apresentarem valor global superior aquele estimado pela ANTT, conforme constante do **Anexo III**, deste Projeto Básico;

2.2.1.2 Apresentarem valor global inferior a 50% aquele estimado pela ANTT;

2.2.1.3 Não estiverem totalmente expressas em Real (R\$);

2.2.1.4 Não estiverem totalmente redigidas em português, à exceção de termos técnicos que sejam de uso corrente no Brasil;

2.2.1.5 Forem baseadas em propostas de outras PROPONENTES;

2.2.1.6 Estiverem em desacordo com qualquer exigência prevista neste Edital;

2.2.1.7 Apresentarem borrões, rasuras e entrelinhas;

2.2.1.8 Sejam omissas ou apresentem irregularidades capazes de dificultar o seu julgamento objetivo.

2.2.1.9 Contenham vícios insanáveis;

2.2.1.10 Apresentem desconformidade com quaisquer exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanáveis.

2.2.2 As Propostas que atenderem, em sua essência, aos requisitos do EDITAL e seus ANEXOS, serão analisados quanto a possíveis erros, os quais serão corrigidos pela COMISSÃO da seguinte forma:

2.2.2.1 Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

2.2.2.2 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

2.2.2.3 Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo o valor da soma.

2.2.2.4 O valor da Proposta será ajustado pela ANTT em conformidade com os procedimentos acima para a correção de eventuais erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Constatado o erro e se a PROPONENTE não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

2.2.3 Após todas as correções, a COMISSÃO procederá ao cálculo da NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS - NPP de cada PROPONENTE, através da aplicação da fórmula estabelecida pela Controladoria Geral da União, por meio do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306183:

$$NPP_i = 100 - \{[(P_i - P_{crt}) / (Ved - P_{crt})] \times 70\}$$

onde:

NPP_i = Nota da Proposta de Preços de uma licitante “i”;

P_i = Preço proposto pela licitante “i”;

Ved = Valor apresentado no edital;

Pcrt = Preço de corte, definido de acordo com a Lei nº 8.666/93 como sendo 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoantes à norma da ABNT NBR 5891 Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

2.2.3.1 Na avaliação:

- a) As notas NPP serão arredondadas até centésimos, de acordo com a NBR-5891, da ABNT;

2.2.4 A COMISSÃO dará ciência dos resultados aos interessados em publicação no DOU – Diário Oficial da União.

3. JULGAMENTO FINAL

3.1. A classificação das Propostas será feita a partir do cálculo do VALOR COMPARATIVO - VC das PROPONENTES, através da seguinte fórmula:

$$VC = \alpha NPP + NPT$$

onde:

VC = VALOR COMPARATIVO

NPP = Nota da Proposta de Preços

PE = Nota da Proposta Técnica

α = **0,45** - Valor de ponderação entre técnica e preço, considerado igual a 0,45 (quarenta e cinco centésimos).

3.2. Para efeito da pontuação final adotar-se-á o resultado do cálculo, sem arredondamento, em sua segunda casa decimal.

3.3. A classificação das Propostas far-se-á em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo classificada em primeiro lugar a PROPONENTE que obtiver a maior Nota Final.

3.4. Na hipótese de a PROPONENTE vir a ser classificada em 1º (primeiro) lugar (maior VC) em mais de um lote, a escolha do Lote a ser adjudicado à PROPONENTE será definido segundo os seguintes critérios, nessa ordem:

- a) 1º Critério - Lote em que não exista PROPONENTE classificada em 2º lugar;
- b) 2º Critério - Lote em que a Nota Final (CV) da PROPONENTE apresentar a maior diferença sobre a Nota Final (VC) da segunda colocada;
- c) 3º Critério - Lote em que a PROPONENTE obteve a maior Pontuação Técnica (PTL);
- d) 4º Critério - Lote em que a PROPONENTE obteve a maior Nota da Proposta de Preço (NPP);
- e) 5º Critério - Sorteio.

3.5. Sendo declarado vencedor no lote escolhido pela CJL conforme os critérios estabelecidos no subitem anterior, o PROPONENTE será automaticamente desclassificado nos demais Lotes.

3.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito por sorteio entre elas, em sessão pública em dia e hora a serem fixados na própria sessão ou por publicação no D.O.E., conforme dispõe a Lei.

3.7. A COMISSÃO DE JULGAMENTO E LICITAÇÃO – CJL dará ciência dos resultados aos interessados em publicação no DOU – Diário Oficial da União.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo nº 50500.452517/2016-93

ANEXO “I-B”

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

LOTE 01	RELATÓRIO	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO											
		ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 01	RELATÓRIO	CRONOGRAMA FINANCEIRO											
		ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	826.152,63	-	-	-	-	-	-	-	459.227,54	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	111.375,79	-	-	-	-	-	-	-	61.909,66	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	78.126,27	-	-	-	-	-	-	-	43.427,49	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	54.589,15	-	-	-	-	-	-	-	30.344,08	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	48.268,40	-	-	-	-	-	-	-	26.830,61	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23
	Total Mensal	309.182,23	1.427.694,47	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	309.182,23	930.921,61	309.182,23	309.182,23
	Total Anual	5.450.438,35											

LOTE 02	RELATÓRIO	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO											
		ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 02	RELATÓRIO	CRONOGRAMA FINANCEIRO											
		ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	-	290.435,93	181.828,68	-	-	11.976,74	-	163.228,44	129.294,34	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	-	51.621,03	32.317,57	-	-	2.128,70	-	29.011,63	22.980,31	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	-	36.352,72	22.758,78	-	-	1.499,08	-	20.430,66	16.183,26	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	-	26.313,48	16.473,67	-	-	1.085,09	-	14.788,49	11.714,06	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	-	23.668,99	14.818,08	-	-	976,04	-	13.302,25	10.536,81	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99	261.830,99
	Total Mensal	261.830,99	261.830,99	261.830,99	690.223,14	530.027,76	261.830,99	261.830,99	279.496,65	261.830,99	502.592,47	452.539,77	261.830,99
	Total Anual	4.287.696,73											

LOTE 03	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 03	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	571.622,26	-	-	-	-	-	1.196.430,51	952.669,87	-	-	
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	80.029,63	-	-	-	-	-	167.505,52	133.377,96	-	-	
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	55.737,73	-	-	-	-	-	116.661,52	92.892,91	-	-	
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	36.378,90	-	-	-	-	-	76.142,63	60.629,34	-	-	
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	31.035,41	-	-	-	-	-	64.958,48	51.723,84	-	-	
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12
	Total Mensal	602.066,12	1.376.870,04	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	602.066,12	2.223.764,77	1.893.360,04	602.066,12	602.066,12	602.066,12
	Total Anual	10.912.589,95											

LOTE 04	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 04	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	810.574,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	145.894,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	102.497,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	72.624,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	64.658,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13
	Total Mensal	266.702,13	266.702,13	1.462.951,88	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13	266.702,13
	Total Anual	4.396.675,35											

LOTE 05	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 05	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	425.897,41	-	418.879,96	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	66.365,52	-	65.272,02	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	46.725,09	-	45.955,21	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	33.750,91	-	33.194,80	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	30.328,98	-	29.829,25	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91
	Total Mensal	248.760,91	851.828,82	248.760,91	841.892,16	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91	248.760,91
	Total Anual	4.181.330,11											

LOTE 06	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 06	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	468.586,51	-	-	-	-	327.652,55	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	103.154,00	-	-	-	-	72.128,99	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	72.257,24	-	-	-	-	50.524,86	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	49.835,93	-	-	-	-	34.847,07	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	43.778,02	-	-	-	-	30.611,17	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59
	Total Mensal	305.707,59	1.043.319,29	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	821.472,22	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59	305.707,59
	Total Anual	4.921.867,39											

LOTE 07	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
LOTE 07	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%
LOTE 07	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
LOTE 07	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	-	-	-	337.691,99	-	-	-	-	1.313.409,93	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	-	-	-	60.943,31	-	-	-	-	237.031,21	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	-	-	-	42.364,11	-	-	-	-	164.769,79	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	-	-	-	27.129,07	-	-	-	-	105.515,05	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	-	-	-	22.898,34	-	-	-	-	89.060,19	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54
Total Mensal		454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	945.937,36	454.910,54	454.910,54	454.910,54	454.910,54	2.364.696,71	454.910,54
Total Anual		7.859.739,48											

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo nº 50500.452517/2016-93

ANEXO "I-C"

**ORÇAMENTO ESTIMADO POR LOTE E DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DOS
PREÇOS**

OBS: O orçamento detalhado está disponibilizado em planilha eletrônica, divulgada conjuntamente com o Edital

ANEXO II
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

À AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE - ANTT

SCES Trecho 3 Pólo 8, s/n, Brasília - DF, 70200-003

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de, pelo preço global de R\$ _____ (_____), conforme Planilha de Preços unitários anexa.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a ANTT.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da ANTT, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

(Cidade)/(UF), ____ de _____ de 2018

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II-A
PLANILHAS DE PREÇOS
LOTE -

Resumo dos Relatórios de Supervisão - ANUAL

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento			
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal			
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical			
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial			
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção			
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras			
VALOR GLOBAL				

ANEXO II-B
Custos Gerenciais Indiretos – LOTE -

Custos Gerenciais e Indiretos			
LOTE:		Data da Proposta:	
RODOVIA:			
EXTENSÃO:			

Código	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total
		Custos Gerenciais e Indiretos				
	1	Equipe Técnica				
	1.1	Consultor				
CM	1.1.1	Consultor Especial (C)	Pessoa Jurídica			
	1.2	Atividades de Nível Superior				
P0	1.2.1	Coordenador	funcionário			
P1	1.2.2	Engenheiro Sênior	funcionário			
P2	1.2.3	Engenheiro Pleno	funcionário			
P3	1.2.4	Engenheiro Junior	funcionário			
P3	1.2.5	Profissional Junior	funcionário			
	1.3	Nível Técnico				
T1	1.3.1	Técnico Sênior	funcionário			
T2	1.3.2	Técnico Pleno	funcionário			
T3	1.3.3	Técnico Júnior	funcionário			
	1.4	Nível Auxiliar				
A1	1.4.1	Secretária	funcionário			
A2	1.4.2	Motorista	funcionário			
	2	Encargos Sociais				
	2.1	Encargos sociais (consultor PJ)	percentual			
	2.2	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
	3	Custo Administrativo				
	3.1	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
	4	Utilização de Veículos				
	4.1	Veículo Sedan - 71 a 115 cv	unidade			
	4.2	Caminhonete - 140 a 165 cv	unidade			
	5	Utilização de Equipamentos e Software				
	5.1	Micro Computador (inclusive software)	unidade			
	5.2	Notebook (inclusive software)	unidade			
	5.3	Impressora A4	unidade			
	5.4	Impressora A3	unidade			
	5.5	Máquina Fotográfica	unidade			
	6	Serviços Gráficos				
	6.1	Serviços Gráficos	verba			
	7	Imóveis e Mobiliário				
	7.1	Escritório (aluguel e custeio)	unidade			
	7.2	Mobiliário de escritório (aluguel e custeio)	conjunto			
	8	Despesas				
	8.1	Diárias	unid			
	8.2	Combustível (10km/L)	litros			
	9	Remuneração e Tributos				
	9.1	Remuneração da empresa	percentual			
	9.2	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
		TOTAL GERAL (MENSAL)				-
		TOTAL GERAL (ANUAL)				-

Cálculo dos Custos Gerenciais e Indiretos por HORA				
Código	Descrição	Qtde	Horas	Total Horas
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento			
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Elementos de Proteção e Segurança (EPS)			
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal			
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Drenagem e Obras de Arte Correntes			
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical			
F	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial			
G	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção			
H	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Canteiro Central e Faixa de Domínio			
I	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Edificações e Instalações Operacionais			
J	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Sistema Elétrico e Iluminação			
K	Relatório de Apoio no Acompanhamento de Projetos, Meio Ambiente e Obras			
L	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação			
M	Relatório de Apoio na Análise de Solicitações de Uso e Ocupação da Faixa de Domínio			
			Total:	
				Horas
	Custo Gerencial Horário (Custo Adm. + Ind. / Quantidade Horas)			
	Custos Gerenciais e Indiretos (anual)		Reais	
	Total de Horas Trabalhadas (ano)		Horas	
	Custo Gerencial e Indiretos (por hora)		R\$ / H	

ANEXO II-C

Composição dos Custos dos Relatórios

A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento				
1	Mão de Obra				
P1	Engenheiro Sênior - Pavimentação	hora			
P3	Engenheiro Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Serviços de Terceiros				
S2	Levantamento deflectométrico (FWD) - 40%	km x faixa			
S3	Levantamento do IRI - 100%	km x faixa			
S4	Levantamento Visual Contínuo (LVC) - 40%	km x faixa			
S5	ENSAIO DE MANCHA DE AREIA (MACROTEXTURA)	und.			
4	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	1,00	-	-

B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal				
1	Mão de Obra				
P2	Engenheiro Pleno - Sinalização	hora			
T3	Técnico Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Serviços de Terceiros				
S1	Serviço de Monitoração e Retrorrefletividade - 45%	km			
4	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	1,00	-	-

C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical				
1	Mão de Obra				
P2	Engenheiro Pleno - Sinalização	hora			
T3	Técnico Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Serviços de Terceiros				
S1	Serviço de Monitoração e Retrorrefletividade - 30%	km			
4	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	1,00	-	-

D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial				
1	Mão de Obra				
P1	Engenheiro Sênior - Obra de Arte Especial	hora			
P3	Engenheiro Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	1,00	-	-

E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção				
1	Mão de Obra				
P1	Engenheiro Sênior - Infraestrutura ou Obra de Arte Especial	hora			
T3	Técnico Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	1,00	-	-

F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras					
Código	Descrição	Unidade	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras				
1	Mão de Obra				
P2	Engenheiro Pleno	hora			
P3	Engenheiro Júnior	hora			
T3	Técnico Júnior	hora			
A2	Auxiliar de escritório / campo	hora			
2	Encargos sobre a Mão de Obra				
I1	Encargos sociais (mensalista)	percentual			
I3	Custo administrativo (sobre pessoal)	percentual			
3	Remuneração / Tributos / Gerenciamento				
I4	Remuneração da empresa	percentual			
I5	Despesas fiscais/pis/iss/cofins	percentual			
X1	Custos Gerenciais e Indiretos	hora			
	Custo total dos Relatórios	unidade	12,00	-	-

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

À AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE - ANTT
SCES Trecho 3 Pólo 8, s/n, Brasília - DF, 70200-003

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,

(Cidade)/(UF),__ de _____ de 2018

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS (MODELO)

Em conformidade com o disposto no Edital da Concorrência nº 01/2018, declaramos que executaremos os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ / MF sob o nº.....

Outrossim, declaramos que, em obediência ao art. 111 da Lei n.º 8.666/93, cedemos a ANTT, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas da ANTT em relação aos citados serviços:

1 – A ANTT poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no art. 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c art. 18 da Lei nº 5.194/1966 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 – A ANTT poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não indicá-los ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados – estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea “g”.

3 – A ANTT poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a ANTT não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério da ANTT:

- a. o teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DA ANTT; e
- b. se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pelo CONTRATADO, sejam tais autores empregados da ANTT ou não;

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

(Cidade)/(UF),__ de _____de 2018

[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL]
[IDENTIDADE] – [CPF / MF]

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO V

QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO (MODELO)

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA Nº 01/2018		QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO A SER UTILIZADO NOS SERVIÇOS	
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:			
NOME	FUNÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Comprometemo-nos a exercer atividades nos serviços objeto da licitação em referência.

Cientes:

Assinatura
Nome:
Cargo:

Assinatura
Nome:
Cargo:

Assinatura
Nome:
Cargo:

Assinatura
Nome:
Cargo:

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

OBS: As declarações poderão ser apresentadas individualmente.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO VI
QUADROS DA PROPOSTA TÉCNICA

QUADRO 01							RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAL(IS) DETENTOR DE ATESTADO(S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO			
Nº DE ORDEM (1)	IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.	PERÍODO DE EXECUÇÃO	CONTRATANTE (Nome e Endereço)		ATESTADO/CERTIDÃO (02)					
			INÍCIO (Mês/Ano)	FIM (Mês/Ano)						
	COM O OBJETO DA LICITAÇÃO									
DATA:	NOME DA FIRMA:	IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:								

(1) Por ordem cronológica das datas de início
(2) Juntar cópias dos atestados/certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público devidamente certificados averbados pelo CREA indicando na coluna o número de ordem de atestado pertinente.

QUADRO 02										RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.			
Nº DE ORDEM (1)	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DOS SERVIÇOS	OBJETO OU NATUREZA DOS SERVIÇOS	CONTRATANTE (Nome e Endereço)	QUANTIDADE/ UNIDADE					ATESTADO E PÁGINA (2)				
EDITAL:		LOTE:			DATA:								
RODOVIA:		TRECHO:			SUBTRECHO:								
NOME DA EMPRESA:													
IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:													

(1) Por ordem cronológica das datas de início.
(2) Juntar cópias dos atestados/certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público devidamente certificados averbados pelo CREA indicando na coluna o número de ordem de atestado pertinente.
OBS.: Recomendamos destacar nos atestados, os quantitativos usados para comprovar a capacidade técnica.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF de de 2018.

(representante legal)

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE NÃO USO DE TRABALHO DE MENOR

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).

Brasília – DF de de 2018.

(representante legal)

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto desta licitação, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Brasília – DF de de 2018.

(representante legal)

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), para fins do disposto nesta licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da ANTT antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Brasília – DF de de 2018.

(representante legal)

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2018
PROCESSO Nº 50500.452517/2016-93

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA
CONSULTIVA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres, entidade integrante da Administração Federal indireta, constituída nos termos da Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.898.488/0001-77, neste ato representado(a) pelo Diretor Geral, nomeado pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 50500.452517/2016-93 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Concorrência nº 00/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, referente ao LOTE XX, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência, identificada no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de __/__/2018 e encerramento em __/__/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE; e

2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ (.....), conforme Anexo II deste Contrato.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: 0250392500

Programa de Trabalho: 139899

Elemento de Despesa: 339039-02

PI: MT01220

Nota de Empenho: 2018NEXXXXX

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

5.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

a) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro entregue e aos materiais empregados.

5.5 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

5.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

5.8 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

5.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX/365) = [(6/100)/365], \text{ onde}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Consultoria utilizado pelo DNIT, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, em uma das seguintes modalidades:

7.1.1 caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

7.1.2 seguro-garantia;

7.1.3 fiança bancária.

8 CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo do Edital.

9 CLÁUSULA NONA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico, Anexo I do Edital.

9.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

9.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.7 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

9.10.10(s) gestor(es) e/ou fiscal(is), de acordo com a sua responsabilidade serão responsáveis pela abertura da(s) Ordem(ns) de Serviço, bem como pelo acompanhamento, avaliação e aprovação dos serviços realizados pela licitante vencedora.

9.10.2A fiscalização do contrato será responsável por:

- a) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome do(s) funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b) encaminhar a documentação comprobatória de descumprimento contratual para os setores responsáveis e solicitar providências;
- c) atestar a Nota Fiscal de cobrança encaminhada pela CONTRATADA;
- d) executar a gerência e supervisão de todos os serviços contratados, bem como o acompanhamento e gerenciamento sistemático do processo de solução de problemas e recuperação de falhas, registrados em Ordens de Serviço;
- e) executar os procedimentos administrativos referentes aos recursos alocados para execução dos serviços contratados;
- f) outras atividades que a legislação e normas definem sobre a fiscalização de contratos administrativos.

9.10.3A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.10.4O desempenho insatisfatório na execução dos serviços e na entrega dos relatórios, verificado de forma reiterada, resultará na notificação da CONTRATADA para que justifique as ocorrências e proponha medidas corretivas.

9.10.5A persistência do desempenho insatisfatório na execução dos serviços e na entrega dos relatórios poderá dar causa à rescisão, de pleno direito, deste Contrato, sem prejuízo à aplicação das penalidades cabíveis.

10 CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.4 Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

10.5 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato.

10.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Projeto Básico e em sua proposta.

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal deste Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

11.6 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

11.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

11.8 Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Contrato.

11.9 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

11.10 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.11 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.13 Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.16 Caberá à CONTRATADA a designação de um profissional preposto para representá-la junto à CONTRATANTE, sendo este o Coordenador Geral e também, promover o controle de pessoal, respondendo perante à CONTRATANTE por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo pessoal por ela contratado.

11.17 O preposto deverá estar presente no escritório de obra/fiscalização e comparecer ao local de execução/fiscalização/ocorrência dos serviços/ de entrega dos relatórios sempre que requisitado pelo Fiscal deste Contrato, ou em sua eventual ausência, pelo Coordenador de Infraestrutura ou pelo Superintendente de Exploração de Infraestrutura, ou de acordo com a necessidade das atividades.

11.18 A CONTRATADA deverá apresentar relação nominal de Engenheiros e Técnicos, com seus currículos detalhados, responsabilizando-se pela sua veracidade e compatibilidade com a experiência profissional requerida, contendo o número do CREA, se for o caso.

11.19 A CONTRATADA deverá mobilizar os profissionais, em um prazo máximo de 30 dias, contados da ordem de início deste Contrato, de modo a não comprometer as entregas dos Produtos previstos, evitando assim, prejuízos e atrasos dos mesmos. A composição das equipes apresentadas foi estimada em função das práticas atuais dos Processos e dos Fluxos de Informações em operação nas Gerências e na SUINF. Entretanto, é de RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA atender as demandas expressas em cada um dos Produtos.

11.20 Vale observar que durante todo tempo de vigência deste Contrato, serão inalteradas as funções de Coordenação.

11.21 A CONTRATADA deverá garantir junto ao seu quadro de funcionários ao longo de todo este Contrato, integral cumprimento da legislação trabalhista vigente.

11.22 A CONTRATADA também deverá garantir e prestar contas acerca do constante aperfeiçoamento e atualização da equipe mobilizada para o exercício deste Contrato a ser pactuado, por intermédio de especializações, cursos relacionados às atividades desempenhadas por cada área, palestras técnicas, congressos nas áreas fins, seminários, dentre outros.

11.23 Com o intuito de atender ao dispositivo legal que estabelece a necessidade de serem adotadas práticas sustentáveis nas Licitações Públicas, a CONTRATADA deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a IN/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

- a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessário, para a execução de serviços;
- e) Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados na execução dos serviços determinados no contrato, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- g) Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a CONTRATADA que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

12.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

12.2.2 multa moratória de até 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3 multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

12.3 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

12.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

12.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.6 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

12.6.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.6.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.6.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.9.1 Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.2 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

13.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.2 É vedado à CONTRATADA:

14.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.2 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.2 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de..... de 2018

PELA CONTRATANTE

Diretor-Geral

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome, CPF e RG

Nome, CPF e RG

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO I DO CONTRATO Nº XX/2018
CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

LOTE 01	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%
Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%	
Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%	
Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%	
Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%	
Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	

LOTE 01	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	823.149,16	-	-	-	-	-	-	-	457.558,03	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	110.157,82	-	-	-	-	-	-	-	61.232,64	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	77.197,32	-	-	-	-	-	-	-	42.911,12	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	52.861,21	-	-	-	-	-	-	-	29.383,58	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	46.773,08	-	-	-	-	-	-	-	25.999,42	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47
	Total Mensal	299.661,47	1.409.800,07	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	299.661,47	916.746,25	299.661,47	299.661,47
Total Anual	5.323.161,02												

LOTE 02	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	0,0%	37,4%	23,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,0%	21,0%	16,6%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 02	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	-	288.981,90	180.918,38	-	-	11.916,78	-	162.411,26	128.647,05	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	-	51.013,95	31.937,51	-	-	2.103,67	-	28.670,45	22.710,05	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	-	35.889,69	22.468,90	-	-	1.479,99	-	20.170,43	15.977,14	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	-	25.485,73	15.955,45	-	-	1.050,96	-	14.323,28	11.345,57	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	-	22.939,73	14.361,52	-	-	945,97	-	12.892,40	10.212,16	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34	253.809,34
	Total Mensal	253.809,34	253.809,34	253.809,34	678.120,35	519.451,10	253.809,34	253.809,34	271.306,70	253.809,34	492.277,16	442.701,31	253.809,34
	Total Anual	4.180.522,01											

LOTE 03	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	35,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 03	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	569.618,02	-	-	-	-	-	1.192.235,55	949.329,59	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	79.263,07	-	-	-	-	-	165.901,08	132.100,41	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	55.153,07	-	-	-	-	-	115.437,80	91.918,51	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	35.202,57	-	-	-	-	-	73.680,54	58.668,87	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	30.051,76	-	-	-	-	-	62.899,65	50.084,48	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42
	Total Mensal	583.095,42	1.352.383,91	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	583.095,42	2.193.250,04	1.865.197,29	583.095,42	583.095,42	583.095,42
	Total Anual	10.658.690,01											

LOTE 04	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 04	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	806.469,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	144.196,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	101.201,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	70.279,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	62.605,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14
	Total Mensal	258.268,14	258.268,14	1.443.021,27	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14	258.268,14
	Total Anual	4.283.970,79											

LOTE 05	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	50,4%	0,0%	49,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 05	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	423.992,79	-	417.006,72	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	65.566,47	-	64.486,14	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	46.115,65	-	45.355,81	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	32.668,58	-	32.130,31	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	29.372,54	-	28.888,58	-	-	-	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97
	Total Mensal	240.951,97	838.668,00	240.951,97	828.819,52	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97	240.951,97
	Total Anual	4.077.007,20											

LOTE 06	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	58,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 06	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	465.782,43	-	-	-	-	325.691,83	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	102.020,03	-	-	-	-	71.336,07	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	71.392,34	-	-	-	-	49.920,10	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	48.221,11	-	-	-	-	33.717,93	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	42.382,93	-	-	-	-	29.635,67	-	-	-	-	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04
	Total Mensal	296.011,04	1.025.809,88	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	806.312,64	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04	296.011,04
	Total Anual	4.792.232,90											

LOTE 07	CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	79,5%	0,0%
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%

LOTE 07	CRONOGRAMA FINANCEIRO												
	RELATÓRIO	ANO											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	-	-	-	-	-	336.218,81	-	-	-	-	1.307.680,16	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	-	-	-	-	-	60.393,48	-	-	-	-	234.892,72	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	-	-	-	-	-	41.944,75	-	-	-	-	163.138,75	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	-	-	-	-	-	26.257,57	-	-	-	-	102.125,49	-
	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	-	-	-	-	-	22.179,51	-	-	-	-	86.264,37	-
	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19
	Total Mensal	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	927.721,30	440.727,19	440.727,19	440.727,19	440.727,19	2.334.828,68	440.727,19
	Total Anual	7.669.821,83											

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2018
Processo número 50500.452517/2016-93

ANEXO II DO CONTRATO Nº XX/2018

PLANILHA DE PREÇOS

LOTE 1 - BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA) / BR-116/SP/PR (RÉGIS BITTENCOURT) / BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

LOTE 2 - BR-040/MG/RJ (CONCER) / BR-116/RJ (CRT) / BR-101/RJ (FLUMINENSE) / BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO) / BR-101/RJ (ECOPONTE)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

**LOTE 3 - BR-381/MG/SP (FERNÃO DIAS) / BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA) /
BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)**

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

LOTE 4 - BR-116/293/RS (ECOSUL) / BR-101/290/386/448/RS (RIS)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

LOTE 5 - BR-116/PR/SC (PLANALTO SUL) / BR-376/PR - BR-101/SC (LITORAL SUL)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

LOTE 6 - BR-116/324/526/528/BA (VIA BAHIA) / BR-101/ES (ECO101)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				

LOTE 7 - BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS) / BR-163/MS (MS VIA) / BR-163/MT (CRO)

Código	Descrição	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
A	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento	1		
B	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal	1		
C	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical	1		
D	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial	1		
E	Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção	1		
F	Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras	12		
VALOR GLOBAL				